UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

VITOR LUCAS ARAÚJO CAVALCANTE MARTINS

“O HUMANO SE TORNA ANIMAL”: CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO JOVEM MARX

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2026

VITOR LUCAS ARAÚJO CAVALCANTE MARTINS

“O HUMANO SE TORNA ANIMAL”: CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO JOVEM MARX

Trabalho apresentado ao curso de Filosofia da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Campus Juazeiro do Norte, Como Requisito Para Obtenção do Título de Graduado em Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof: Me. Ricardo Dias de Almeida

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

M385h Martins, Vitor Lucas Araújo Cavalcante.
"O humano se torna animal": conceito de alienação no jovem Marx/ Vitor Lucas Araújo Cavalcante Martins. – 2026.
54 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Filosofia) – Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, 2026.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Dias de Almeida.

1. Alienação (Filosofia). 2. Estranhamento. 3. Trabalho — Aspectos filosóficos. 4. Materialismo histórico. 5. Marx, Karl, 1818-1883. I. Almeida, Ricardo Dias de (Orient.). II. Universidade Federal do Cariri. III. Título.

CDD 128

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

“O HUMANO SE TORNA ANIMAL”: CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO JOVEM MARX

Trabalho apresentado ao curso de Filosofia da Universidade Federal do Cariri – UFCA, Campus Juazeiro do Norte, Como Requisito Para Obtenção do Título de Graduado em Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof: Me. Ricardo Dias de Almeida

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca avaliadora em 03/09/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
RICARDO DIAS DE ALMEIDA
Data: 23/09/2026 09:01:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. Ricardo Dias de Almeida

Documento assinado digitalmente
gov.br
THIAGO CHAGAS OLIVEIRA
Data: 24/09/2026 07:14:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Thiago Chagas Oliveira

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE ROBERTO CARDOSO DA CUNHA
Data: 23/09/2026 17:04:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Me. José Roberto Cardoso da Cunha

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2026

AGRADECIMENTOS

Ao pensar e repensar em como dar um inicio a esta seção, me veio uma simples constatação em mente: Escrever é um trabalho difícil. Mas não é mais difícil que o trabalho prático realizado por aqueles que trocam sua carne e sangue cotidianamente em troca de sua subsistência física, e esta é uma realidade a qual todos nós somos reféns. Tendo isso em vista, este é um trabalho proveniente do trabalho. Este é um trabalho que deseja que todos aqueles que lutam diariamente por uma vida melhor, possam encontrar meios efetivos de realizarem aquilo que almejam. Possam encontrar respostas para suas dúvidas, e se realizarem enquanto seres humanos. Ao reconhecer isso, e também reconhecer a própria infimidade do presente trabalho e de suas realizações, aqui suspira uma esperança. A partir disso, meus agradecimentos começam. Agradeço a filosofia, que me permite enxergar a partir de novas perspectivas as entrelinhas da vida, e me efetiva enquanto ser social. No entanto, assim como o autor que estudo aqui o que se destaca não são as instituições por si, mas sim as relações sociais e materiais, gostaria de agradecer a estas sobretudo. Existe a ideia de que só podemos ir mais longe se apoiados nos ombros de gigantes, o que é um fazer necessário em todas as áreas, e a filosofia não é uma exceção. O que chamo atenção aqui, é que estes gigantes dos quais me apoiei para ir mais longe não escreveram artigos, muito menos livros, não foram palestrantes, nem em podcasts. Não estão inseridos nesse mundo academicista. Os gigantes que me apoio aqui são meus familiares. Minha mãe, Cicera Maria Araújo Cavalcante. Meu tio, Francisco Araújo Cavalcante. Minha avó, Terezinha Laurentino de Araújo. Esta é tríade de minha formação como ser humano, e fica aqui meus agradecimentos. Também agradeço a minha irmã, Maynara Glécia Cavalcante de Menezes. Além destes, agradeço a minha belíssima namorada, Leticia Zayanne de Sousa Rodrigues, que me faz dia após dia querer ser um ser humano melhor. Eu a amo cada dia mais, e a amarei até o último deles, e além. Meus agradecimentos a meus queridos amigos: Francisco de Assis Silva dos Santos; Eduarda Vitória Oliveira Castro; Sarah Vitoria Amorim Matias; Mayan Ernandes Bezerra Silva e Paloma Belém Alexandre. Vocês são excelentes amigos, e fico muito feliz por de alguma forma fazer parte da vida de vocês. Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador Me. Ricardo Dias de Almeida, que demonstrou ser não só um grande professor e orientador, mas um amigo com um bom coração que sempre me apoiou. Muito obrigado a todos!

Mantenha-se forte. Mantenha-se Bem.

RESUMO

O conceito de alienação é uma categoria fundamental para a compreensão da crítica realizada por Karl Marx à sociedade capitalista. Desenvolvido principalmente na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, este conceito é o resultado da crítica que Marx realiza da tradição filosófica, em especial a dialética de Hegel, e assim efetiva uma inversão de perspectiva ao deixar de lado o idealismo para se ater a uma crítica materialista. Enquanto Hegel compreende a alienação como um momento necessário do desenvolvimento do espírito, Marx demonstra que sua origem e forma de constituição se encontram nas relações materiais de produção, e é produto histórico da propriedade privada e da organização capitalista do trabalho. Dessa maneira, o trabalho é entendido como uma atividade vital humana, por meio do qual o ser humano efetiva sua essência enquanto ser genérico. No entanto, quando alienado, transforma-se em atividade estranhada pela perda do domínio sobre o produto do trabalho, sobre o processo de trabalho, sobre sua humanidade enquanto ser genérico e pela relação com os demais indivíduos. Através das formulações marxianas, a alienação não pode mais ser compreendida apenas como um problema da consciência ou da religião, mas passa a ser entendida como expressão objetiva das contradições que o capitalismo carrega em suas raízes. Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a investigar a formação do conceito de alienação no pensamento do jovem Marx, entendendo a sua gênese filosófica, sua transição do idealismo hegeliano para o materialismo marxiano, explicitando os seus fundamentos na crítica da economia política e as quatro dimensões do trabalho alienado. Portanto, busca-se evidenciar que a emancipação humana, para Marx, não pode ser alcançada por transformações meramente políticas, religiosas ou filosóficas, mas exige a superação das relações materiais que reproduzem a exploração do trabalho e a alienação.

Palavras-chave: alienação; estranhamento; trabalho; materialismo; Karl Marx.

ABSTRACT

The concept of alienation is a fundamental category for understanding Karl Marx's critique of capitalist society. Developed primarily in the Economic and Philosophical Manuscripts of 1844, this concept stems from Marx's critique of the philosophical tradition, particularly Hegel's dialectic, and thus brings about a shift in perspective by setting aside idealism in favor of a materialist critique. On the one hand, Hegel understands alienation as a necessary stage in the development of the spirit; Marx demonstrates that its origin and form of constitution lie in the material relations of production, and that it is a historical product of private property and the capitalist organization of labor. Thus, labor is regarded as a vital human activity through which human beings realize their essence as generic beings; however, when alienated, it becomes a foreign activity due to the loss of control over the product of labor, over the labor process, over their humanity as generic beings, and over their relationships with other individuals. Through Marx's formulations, alienation can no longer be understood merely as a problem of consciousness or religion, but comes to be understood as an objective expression of the contradictions inherent in the very foundations of capitalism. In this sense, this study aims to investigate the formation of the concept of alienation in the thought of the young Marx, examining its philosophical genesis, his transition from Hegelian idealism to Marxian materialism, as well as by explaining its foundations in the critique of political economy and the four dimensions of alienated labor. Thus, I seek to demonstrate that, for Marx, human emancipation cannot be achieved through merely political, religious, or philosophical transformations, but requires overcoming the material relations that reproduce the exploitation of labor and alienation.

Keywords: alienation; estrangement; work; materialism; Karl Marx.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 7

2 GÊNESE DA ALIENAÇÃO..... 12

2.1 Perda da graça do divino..... 12

2.2 Alienação religiosa espelhada no social..... 14

2.3 Alienação na obra “Fenomenologia do Espírito” a partir de Lukács..... 16

3 ALIENAÇÃO EM MARX..... 22

3.1 Vislumbres da superação da dialética idealista hegeliana por uma dialética materialista..... 22

3.2 Trabalho alienado e forma mercadoria na crítica de Marx..... 24

3.3 A constituição do trabalho estranhado na sociedade capitalista..... 26

4 DA PROPRIEDADE PRIVADA À FORMA-SALÁRIO: CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA ALIENAÇÃO..... 29

4.1 Propriedade Privada e Constituição da Relação-Capital como pressuposto do Trabalho Alienado..... 29

4.2 A Forma-Salário e a Reprodução da Exploração Capitalista..... 32

5 FORMAS DE ALIENAÇÃO DO TRABALHO..... 36

5.1 A alienação em relação ao produto do trabalho..... 36

5.2 Alienação de sua atividade vital..... 38

5.3 Alienação do ser genérico..... 40

5.4 Alienação em relação aos outros humanos..... 41

6 CONCLUSÃO..... 45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 47

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a investigar a constituição do conceito de alienação do trabalho no pensamento do jovem Karl Marx (1818-1883), e tem como obra condutora Os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos,* escritos em 1844, e publicados pela primeira vez apenas em 1932. A elaboração teórica do problema da alienação percorre um longo percurso filosófico que se entrelaça com a tradição judaico-cristã, a dialética hegeliana e a apropriação materialista realizada por Marx. Nesse sentido, esta pesquisa busca demonstrar que o conceito marxiano de alienação não se limita a representar apenas uma categoria econômica, mas que também é uma crítica radical às condições sociais que transformam a atividade vital humana em uma força estranha e hostil, na qual o humano se torna animal.

Para Karl Marx, o trabalho é fator fundamental na constituição de sua essência enquanto ser, pois a essência humana é o trabalho e, através dele, a transformação da natureza. O homem se distingue dos animais pela sua capacidade de fazer com que "sua atividade vital seja consciente. Esta não é uma determinidade com a qual ele coincide imediatamente" (Marx, 2004. p.84). Nota-se a percepção de Marx em relação a natureza do conceito de trabalho, que é rompida no processo de expropriação gerado pela alienação. A partir disso, é possível identificar a busca pela essência humana no trabalho, característica marcante da juventude de Marx. Essa caracterização não é transitória, uma vez que em sua maturidade, Marx evidencia os mecanismos de exploração do capitalismo perante o homem, que recai no trabalho na medida em que:

> A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potentia [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (Marx, 2013, p. 255).

Marx argumenta que "o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão" (Marx, 2004, p.80). O trabalhador é posicionado como uma mercadoria, faz parte de um sistema que representa um todo, ocupando a função de uma ferramenta na produção, sua força de trabalho é vendida por um certo tempo em troca de um salário.

A objetivação é o momento necessário da exteriorização, em que a atividade vital

humana se materializa no mundo, e o produto do trabalho é a expressão objetiva da atividade daquele que produziu. Dessa maneira, ao objetivar-se por meio do trabalho, a consciência assume fator primordial, pois através dela o ser humano se manifesta e se relaciona com a natureza, moldando a si próprio e a natureza a sua volta. Por outro lado, a alienação adquire caráter negativo quando ocorre a redução do trabalho ao material dentro do sistema capitalista de produção, pois este resulta na perda da essência humana devido a perda do objeto produzido, que lhe é retirado partes fundamentais de sua existência. A alienação é, neste caso, uma apropriação do objeto produzido, na medida em que o trabalhador mais produz, também é dominado por aquilo que produz, o capital. Baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho, mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado, tanto mais pobre se torna a sua vida e menos ele pertence a si próprio.

> A alienação do trabalhador em seu objeto é expressa da maneira seguinte, nas leis da Economia Política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza (Marx, 2004, p. 81).

O processo de identificação enquanto ser genérico é de suma importância na essência daquilo que é ser humano, e para Marx esta efetivação acontece através do trabalho, pois é por ele que é possível modificar si mesmo e o mundo à sua volta. Porém, na alienação o trabalhador perde sua dimensão enquanto humano, pois o mesmo coloca sua vida no objeto produzido, e este produto não lhe pertence, mas é de outro. A alienação acontece de diferentes formas, uma vez que o objeto produzido aparece como força estranha e hostil, seu processo de trabalho não efetiva a sua essência, perde suas instâncias enquanto ser genérico e passa a enxergar os outros indivíduos como meios. Diante desse cenário, Marx explicita a relação do trabalhador e objeto ao afirmar que

> O trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebeu um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador, e em segundo, como sujeito físico (Marx, 2004, p.81).

Em vista disso, esta relação constitui um paradoxo existencial, o trabalho dá o meio de subsistência física, e a subsistência física condiciona a necessidade do sujeito perante o trabalho. A alienação não se resume apenas a relação com os produtos do trabalho, mas se manifesta como alienação ativa durante a produção do objeto. “Se o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação ativa - a alienação da atividade e a atividade da alienação’’ (Marx, 2004, p. 82). Portanto, a forma de alienação que acontece durante o processo de produção é

ferramenta na crítica feita por Marx ao capital.

Nos produtos criados pelos trabalhadores, é possível encontrar a essência humana daqueles que trabalharam, como nos relata Oliveira (2010, p.72): “É no trabalho que se manifesta a superioridade humana ante os demais seres vivos”. O trabalho é a realização do próprio humano, e provém dele todas as riquezas e a materialidade humana. No entanto, quando o produto produzido é expropriado e transformado em capital, a alienação enquanto estranhamento se manifesta. Quando o capital se apropria dos produtos produzid os, ele também domina aqueles que produziram, privando daquilo que produziram. Logo, ocorre uma relação direta entre propriedade privada, estranhamento e a expropriação. A perda da essência humana é vista por Marx como resultado do processo de expropriação.

Portanto, a alienação acontece quando o trabalho é exterior ao trabalhador, não está em sua natureza aquilo que faz, que produz, pois esse trabalho produz uma negação de si mesmo quando não se realiza em sua atividade vital. A alienação se manifesta de diferentes formas, tal como o sofrimento ao trabalhar por não desenvolver de forma espontânea suas forças mentais e físicas. Quando isso ocorre, o trabalhador apenas está bem em seu horário livre, fora do ambiente de trabalho, e no trabalho, está contra a sua vontade, é rejeitado e o leva a “fugir como se foge de uma peste” (Marx, 2004, p.83). Esse tipo de trabalho simboliza a morte humana. O trabalhador só está livre em aspectos animalescos de sua essência, tais quais como beber, comer e se reproduzir, fazendo com que aquilo que havia de humano em si se reduza a um animal: “O animal se torna humano, e o humano se torna animal.” (Marx, 2004, p. 83).

O presente texto restringe-se a um debate de caráter estritamente teórico, e devido a isto sua metodologia baseia-se em dissecar os textos referentes ao tema proposto e relacioná-los. Tendo isso em vista, esta pesquisa não se propõe a responder se há uma ruptura ou continuidade no pensamento de Marx, mas limita-se a compreender o objeto de pesquisa que perpassa por diferentes linhas teóricas, e que culmina na alienação do trabalho apresentada por Karl Marx. Por conta disso, a pesquisa parte de um método de análise comparativa e de natureza hermenêutica, com o intuito de estabelecer um estudo analítico do conceito da alienação do trabalho presente no pensamento de Marx, e que para melhor compreensão da problemática se faz necessário o entrelaçamento de ideias em diferentes estágios cronológicos e filosóficos do autor, que tem como finalidade uma tentativa de compreensão do problema da alienação. Desse modo, esta pesquisa estabelece um diálogo com autores notáveis dentro da área em específico, fundamentando-se em uma análise bibliográfica das principais obras de Marx relativas ao período de sua juventude, em especial os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, que em certa medida conversam com obras de sua maturidade como forma de esclarecimento do problema. O

trabalho perpassa pelos autores Ludwig Feuerbach, György Lukács, Hegel, István Mészáros e outros estudiosos da tradição marxista e hegeliana, buscando reconstruir o desenvolvimento histórico e conceitual da categoria de alienação.

A estrutura apresentada por este trabalho é constituída por uma tétrade capitular, sendo que os capítulos possuem a seguinte sequência: gênese da alienação e seu espelhamento na vida social; alienação em Marx a partir da superação do idealismo hegeliano pelo materialismo marxiano e suas implicações; da propriedade privada à forma-salário: condições históricas da alienação; e, por fim, as 4 formas de alienação do trabalho no jovem Marx.

Cabe ressaltar que, ainda que o recorte desta pesquisa seja o jovem Marx, o percurso trilhado pelo presente trabalho tem sua importância na medida em que a genealogia religiosa e hegeliana do problema da alienação não é entendida aqui como um mero pano de fundo, mas condiciona a possibilidade do deslocamento da crítica da alienação do plano religioso, social e moral para as relações materiais de produção. Dessa maneira, a não compreensão de como a alienação é tratada no âmbito religioso, social e moral, assim como da própria inversão materialista da dialética hegeliana, representaria uma grande perda para a compreensão do problema da alienação do trabalho.

O primeiro capítulo apresenta as origens histórico-filosóficas do conceito de alienação, examinando sua presença dentro da tradição judaico-cristã até sua transformação na filosofia hegeliana. Deste modo, busco demonstrar como a noção de exteriorização da essência humana não é novidade em Marx, mas que na realidade o antecede e constitui etapa fundamental para sua elaboração posterior. O segundo capitulo busco evidenciar a apropriação crítica realizada por Marx da filosofia hegeliana pelo processo de inversão materialista da dialética. Nesse momento, procuro demonstrar que Marx preserva o método dialético, mas rompe com o idealismo ao situar as raízes da alienação nas relações materiais de produção, e não na consciência. No terceiro capítulo, investigo os pressupostos econômicos que sustentam a alienação na sociedade capitalista. Inicialmente analisa-se o papel da propriedade privada na constituição da relação-capital, e como ela representa a condição histórica que possibilita a separação entre trabalhadores e os meios de produção. Em seguida, explicito a forma-salário como mecanismo de reprodução da exploração capitalista. No quarto e último capítulo, concentro esforços na exposição do conceito de trabalho alienado e suas quatro determinações fundamentais, a saber: em relação ao produto do trabalho, à atividade produtiva, ao ser genérico e aos demais seres humanos.

Tendo issto em vista, o objetivo central da presente pesquisa consiste em demonstrar que a alienação, no jovem Marx, é uma categoria histórica e econômica-filosófica indispensável para a compreensão do pensamento de Karl Marx, assim como suas postulações sobre a sociedade

capitalista e seu modo de produção. Marx evidencia que a emancipação humana não se restringe a apenas as categorias mentais, filosóficas e morais, mas necessita a transformação das condições materiais que reproduzem a exploração e o estranhamento do trabalho.

2 GÊNESE DA ALIENAÇÃO

2.1 Perda da graça do divino

De acordo com Aristóteles (2008, p. 9, 980a21), “Todos os homens por natureza propendem ao saber”, e este anseio pelo conhecer penetra nas mais diferentes teorias que o humano desenvolveu sobre o mundo à sua volta, e o que está contido dentro de si. Dessa forma, a religião não escapa a isso, nem em suas teorias de reflexão sobre si mesma, a teologia, nem naquelas que pretendem explicar o que é o humano a partir de suas próprias convicções. Tendo isso em vista, Feuerbach compreende que o ser humano se relaciona com a religião a partir de sua própria essência, mas que ele identifica como algo distinto de si mesmo, algo exterior, o que o leva a escrever que:

> A religião é o relacionamento do homem com a sua própria essência - ai está sua verdade e redenção moral- mas com a sua própria essência não como sendo sua, mas de um outro ser diverso dele, até mesmo oposto – ai está a sua inverdade, a sua limitação, a sua contradição com a razão e a moral, aí está a fonte desgraçada do fanatismo religioso (Feuerbach, 2007, p. 203).

Portanto, para o autor de *A essência do Cristianismo*, o assujeitamento daquilo que são as próprias condições e apetições humanas a um lugar diferente de si, sendo essa a separação humana de si próprio, e a interpelação dessas condições em um Deus que se enraiza na religião, é a fonte original “dos sangrentos sacrifícios humanos; em síntese, base de todas as crueldades, de todas as cenas horripilantes na tragédia da história da religião” (Feuerbach, 2007, p.203). Ao compreender que a religião é o resultado da cisão do homem consigo mesmo, Deus surge como um espelho dos extremos do humano, pois se Deus é perfeito, o humano é imperfeito; se Deus é santo, o humano é pecador; se Deus é infinito, o humano é finito. Por conseguinte, Deus aparece como o positivo da relação, já o humano é a representação das nulidades e de seu negativo. Dessa maneira, o ser humano objetiva sua essência a partir da religião, que se origina a partir da cisão entre homem e Deus, a qual na realidade tem que ser entendida como a separação do humano em relação à sua própria essência (Feuerbach, 2007 p. 61).

Dentro da tradição judaico-cristã, a “queda” humana é um elemento decisivo para compreender como a alienação humana se efetiva na realidade. Ao ter “perdido a Graça Divina”, o ser humano teria rompido com a ordem divina e, a partir disso, se alienado de Deus; ou seja, teria se dividido em dois, perdendo sua essência, tal essência que passaria a permanecer para sempre no reino de Deus, pois “crê a religião que esta divisão cairá um dia. Um dia não haverá mais natureza, matéria, corpo, pelo menos nenhum do tipo que separa o homem da natureza: um dia existirão somente Deus e as almas devotas” (Feuerbach, 2007, p. 197). Portanto, podemos

compreender que o humano, a partir da religião coloca sua essência fora de si, como algo outro, sendo Deus o postulador desse lugar. Deus é a parte que lhe falta, na medida em que em “Deus ele se completa; só em Deus é ele um homem total” (Feuerbach, 2007, p.201). A essência humana converge com a essência de Deus, pois o humano coloca no exterior a sua própria essência, o que o confunde ao tratar aquilo que está fora de si como algo diferente daquilo que ele mesmo é.

Ao compreender a religião como uma instância que tem como objetivo o bem e a salvação humana, pode-se entender que a relação do humano com Deus é sua relação com o processo de salvação original causado pela perda da graça do divino, processo esse que rompeu o ser humano com sua essência objetivada. Para Feuerbach (2007, p.192) “Deus é a redenção realizada da alma ou o poder ilimitado de realizar a salvação, a felicidade do homem”, que não pode ser encontrada na concretude da vida material, já que se realiza na transcendência de uma outra vida. O ser humano se afasta de Deus na medida em que se realiza na imanência das efetivações deste mundo, sendo a sua felicidade terrena propiciadora dessa separação, mas que o sofrimento e suas maculações o aproximam de Deus, pois na infelicidade, Deus é a necessidade do humano, na dor o humano nega o mundo, e na felicidade ele busca expandi-lo. No objeto da religião encontra-se a essência do humano, pois essa é meramente a sua essência divinizada, a tal ponto que se confude a história da religião com a história humana (Feuerbach, 1989).

Nesse contexto, surge a figura messiânica, responsável por salvar a humanidade de seu carrasco: a alienação. Sua superação acontece por meio de uma solução imaginária, que pode ser encontrada no que é conhecido como “mistério de Cristo”. Essa superação da alienação por meio de um Messias, que, no cristianismo, se identifica com Jesus Cristo, torna-se a única possibilidade de redenção, conforme afirma o apóstolo Paulo:

> que estáveis sem Cristo, sendo alheios à comunidade de Israel, e estranhos aos testamentos, não tendo esperança, e sem Deus no mundo. Mas agora em Cristo Jesus vós, que outrora estáveis longe, fostes aproximados pelo Sangue de Cristo (Efésios, 1993, p. 2:12–13).

Assim sendo, o “mistério da Graça” tem como objetivo unir aqueles que são desiguais e, por meio dela, superar a alienação pela reunião daqueles que se consideram “estranhos” e “inimigos”. Tal superação ocorre apenas na postulação de ideias metafísicas, não se apoiando na realidade concreta na qual o ser humano de sua época se encontra alicerçado. O cristianismo e o judaísmo divergem quanto às funções essenciais atribuidas à transcendência da alienação humana e, por isso, István Mészáros escreve o seguinte:

> O judaísmo, em seu realismo “cru”, reflete de uma maneira muito mais imediata o verdadeiro estado de coisas, advogando uma continuação praticamente interminável da extensão de seus poderes mundanos – ou seja, defendendo uma solução “quase

> messiânica" na terra: é por isso que não tem nenhuma pressa quanto à chegada de seu Messias (Mészáros, 2006, p.33).

Enquanto no cristianismo o Messias já esteve entre os humanos, no judaísmo não se afirma que sua chegada deva ser levada às últimas consequências; por isso, não há urgência em relação à sua vinda, principalmente se for considerado que a Graça de Deus já faz parte do convívio do povo judeu na dominação sobre os "estranhos" a Judá. Nesse sentido, afirma-se no Livro de Isaías: "E haverá estrangeiros, que apascentarão os vossos rebanhos; e estranhos serão os vossos lavradores e os vossos vinheiros, e os filhos dos estrangeiros serão vossos jornaleiros e vinheiros" (Bíblia, 1993, Is 61, 5). A partir disso se origina um conceito-chave para a compreensão da alienação, tanto judaica quanto cristã: a "usura". A usura consiste na prática de cobrar juros abusivos em empréstimos, explorando pessoas necessitadas por meio de taxas elevadas. Portanto, para que a usura se tornasse plenamente viável como método de exploração em escala global, seria necessária uma metamorfose do judaísmo em cristianismo, pois "o judaísmo atinge seu apogeu com a perfeição da sociedade civil; mas esta só alcança a perfeição no mundo cristão" (Marx, 2010, p. 38). Portanto, o cristianismo é a forma ideal de disseminação da reificação[1] das relações humanas, separando a dimensão genérica da vida humana e transformando os indivíduos em seres atomizados pelo egoísmo.

2.2 Alienação religiosa espelhada no social

O povo judeu, considerado o povo escolhido por Deus, separou-se dos demais indivíduos pois adotou práticas restritas à sua própria convivência religiosa, regida por normas específicas. Podemos encontrar um exemplo destas normas em Livro do Êxodo, no qual se afirma: "Se emprestares dinheiro a qualquer de meu povo que seja pobre, não o apertarás como um exactor, nem o oprimirás com usura" (Bíblia, 1993, Êx 22,25). Dessa forma, essa concepção favorecia os membros do próprio povo, na medida em que, em relação aos estrangeiros, a prática da usura poderia ser admitida. Nesse ponto, estabelece-se uma divergência significativa em relação ao cristianismo, pois este prega o amor fraternal a toda humanidade, concebendo todos os homens como povo de Deus. Por essa razão, a usura não poderia ser legitimada no dentro da doutrina cristã, tornando-a, suscetível ao "espírito do judaísmo", que se expandia juntamente com o desenvolvimento econômico impulsionado precisamente pelas práticas usurárias.

Para Karl Marx, o "espírito do judaísmo"[2] contribuiu para a estabilização da sociedade

[1] Lukács compreende a reificação a partir da estrutura da mercadoria, na qual "uma relação entre pessoas" assume "o caráter de uma coisa", adquirindo uma "objetividade fantasmagórica" que oculta sua essência fundamental, isto é, a relação entre os homens (Lukács, 2003, p.194).

[2] Qual é o fundamento secular do judaísmo? A necessidade prática, o interesse próprio. Qual é o culto secular do judeu? A negociação. Qual é seu deus secular? O dinheiro." (Marx, 2010, p. 56).

capitalista, devendo ser compreendido como o próprio "espírito do capitalismo"[3]. Dessa maneira, o egoísmo e o individualismo assumem forma a partir da divisão entre o povo divino e o não divino, contexto no qual a usura adquire força crescente com a expansão econômica. De acordo com Karl Marx, o deus dos judeus é o dinheiro, de modo que os demais deuses e os próprios homens convertem-se em mercadorias. Em sua crítica ao judaísmo, Marx afirma que:

> O deus dos judeus foi secularizado e tornou-se o deus deste mundo. O câmbio é o deus real do judeu. O seu deus é apenas o câmbio ilusório. A percepção que se obteve da natureza, sob o império da propriedade privada e do dinheiro, é o real desprezo, a degradação prática da natureza, que existe de fato na religião judaica, mas só na imaginação. (Marx, 2010, p. 36).

Dessa forma, a secularização do Deus judeu ocorre quando ele passa a assumir a forma daquilo que domina os meios da vida humana. Pode se considerar que este Deus nada é constituido pelo ímpeto da troca, da venda e do comércio. O deus dos judeus provém, portanto, de uma concepção do ser humano como mercadoria, isto é, de uma visão obscurecida e egoísta que nasce da propriedade privada e do dinheiro. No entanto, a expansão dos ideais judaicos encontra limites, pois neles subsiste uma necessidade prática que, devido sua natureza, se esgota em si mesma, em razão de sua incapacidade de moldar o mundo de acordo sua essência egoísta. Embora alcance seu ápice na sociedade civil, é o cristianismo que pode elevar essas ideias a um nível superior. Desse modo, a humanidade passa a se confrontar com indivíduos antagônicos, em decorrência da predominância de uma necessidade egoísta que passa a ser concebida como inerente ao próprio ser humano (Sousa, 2022, p.101).

A visão idealizada de uma sociedade egoísta está intrinsecamente ligada tanto ao "espírito do judaísmo" quanto ao "espírito do capitalismo", pois, segundo Adam Smith (1996, p. 17), "o fato histórico do intercâmbio capitalista surgiu de forma idealizada no plano absoluto da 'natureza humana', como uma 'propensão ao intercâmbio e ao escambo'". Tal concepção do ser genérico humano traz consigo a incapacidade de elevação intelectual da humanidade, pois esse sistema é responsável por inferiorizar as relações sociais na medida que objetiva transformar tudo em mercadoria, inclusive o próprio ser humano, como o Smith afirma:

> Essas são as desvantagens de um espírito comercial. As mentes dos homens ficam limitadas, tornam-se incapazes de se elevar. A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada, e o espírito heroico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos deveria ser assunto digno de uma séria atenção (Smith, 1996, p. 208).

No entanto, Smith não identificou a raiz primária do problema, que, para Marx, consiste na alienação. Portanto, Smith podia oferecer apenas soluções temporárias, sem se debruçar sobre

[3] É muito importante enfatizar aqui que a questão em pauta não é simplesmente a realidade empírica das comunidades judaicas na Europa, mas o 'espírito do judaísmo'; isto é, o princípio interno do desenvolvimento social europeu, culminando no surgimento e na estabilização da sociedade capitalista. O 'espírito do judaísmo', portanto, deve ser entendido, em última análise, como 'o espírito do capitalismo'(Mészáros, 2006, p. 35).

a realidade concreta. A relação entre judaísmo e cristianismo, para Marx, apresenta-se como uma consequência social do judaísmo, visto que o cristianismo é seu desdobramento histórico. O cristão seria o judeu em teoria e o judeu, por sua vez, o cristão em prática; desse modo, todo cristão resguarda na sua ação os pressupostos do judaísmo, como afirma Marx:

> O cristianismo é o pensamento sublime do judaísmo; o judaísmo é aplicação prática vulgar do cristianismo. Mas esta aplicação prática só poderia tornar-se universal quando o cristianismo, enquanto religião aperfeiçoada tivesse realizado, de maneira teórica, a autoalienação do homem relativamente a si mesmo e à natureza. Neste momento é que o judaísmo alcançaria o domínio universal e poderia transformar o homem alienado e a índole alienada em objetos alienáveis, próprios para a venda, na subserviência à necessidade egoísta e à traficância. (Marx, 2010, p. 38).

Dessa maneira, o cristianismo seria responsável por fundamentar a alienação humana e a alienação da natureza. Com isso, a expansão dos ideais judaicos tornou-se universal, e foi responsável por moldar a humanidade de acordo com suas exigências, que são fundadas na alienação do homem e dos objetos, transformando em mercadoria tudo aquilo que toca e subordinando todas as criações e ações humanas a uma essência que é estranha: o capital. Abolir a essência prática do espírito do judaísmo, entendido como espírito do capitalismo, significa tornar impossível sua viabilização, uma vez que ele só pode existir por meio de formas práticas, o que exigiria a superação da dualidade entre a existência individual e a existência genérica do ser humano. Nesse sentido, afirma Marx (2010, p. 19) “a emancipação política do judeu, do cristão – do homem religioso em geral – é emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo e à religião como um todo”. No entanto, mesmo a extinção das religiões judaica e cristã, intrinsecamente marcadas pelo egoísmo, não seria o suficiente, pois o verdadeiro deus dessas formas religiosas encontra-se nas relações monetárias e na fetichização produzida pelo dinheiro. Por isso, Marx considera que a própria liberdade política deve ser superada. A alienação humana não pode ser abolida pela via messiânica, isto é, pela expectativa de um redentor transcendente; ao contrário, a crítica marxiana procura demonstrar que é necessária a superação das formas políticas e religiosas de alienação por meio de uma transformação concreta das relações sociais.

2.3 Alienação na obra “Fenomenologia do Espírito” a partir de Lukács

O conceito de alienação em Hegel passa por uma distinção crucial, que se refere aos termos em alemão “*Entfremdung*” e “*Entäusserung*”, do qual concentrarei um breve esforço para explicitar esta distinção, que consiste na caracterização de “*Entfremdung*” como algo

alheio, algo alienado ou que se torna estranho. Este conceito em Hegel está ligado a uma perda de essência, ou "desenssenciamento". Este conceito se refere a uma alienação do espírito, em que o mundo proveniente desta alienação se divide de duas formas, em que o primeiro é o mundo da efetividade (político e econômico) e da alienação do espírito, e o outro mundo que é produzido nesta alienação que o espírito supera o anterior e edifica para si próprio no âmbito da consciência pura (Meneses, 2001, p. 30). Por outro lado, "*Entäusserung"* está ligado a ideia de algo que sai de si, que passa por uma objetivação[4], ou seja, um "ser-ai". Pode ser entendido como uma força em que aquilo que é essencialmente interior se exterioriza e se objetiva. Na objetivação o sujeito reconhece a si mesmo e retorna a si, alcançando uma compreensão mais profunda de si do que aquela que possuía anteriormente (Meneses, 2001, p. 36).

O problema da "positividade"[5] como a relação dialética entre a práxis humana na sociedade e as instituições e objetos criados por ela mesma é central no desenvolvimento da alienação. Para Hegel, a positividade está ligada aquilo que é fruto da produção histórica humana, como instituições, normas, religiões, e uma vez que estas ganham existência objetiva na realidade, passam a confrontar os indivíduos como potências aparentemente autônomas. A objetivação do espírito ganha forma ao entender que o espírito apenas pode se realizar ao exteriorizar-se no mundo objetivo. Essa exteriorização acontece através da práxis e do trabalho, onde o humano medeia a natureza e é capaz de produzir objetos e formações sociais, como transformar a si mesmo enquanto consciência histórica. Portanto, a objetivação é condição necessária para a realização humana, mas o desenvolvimento das objetivações sociais podem produzir uma condição de estranhamento, em que as criações humanas não são mais reconhecidas como produtos da atividade do sujeito, mas passam a ser forças independentes dele.

A gênese do conceito de alienação em Hegel tem suas raízes no pensamento da "positividade" como constituição de uma organização institucional ou de conceitos que se mostram estranhados a práxis humana. Essa positividade age precisamente na sociedade moderna, a diferenciando especificamente das demais sociedades anteriores. Em sua juventude, Hegel esperava que uma época sem a positividade era possível a partir da Revolução Francesa, e ela seria responsável por dar meios para a renovação da Antiguidade, e assim um domínio real do homem sobre a realidade. No entanto, essa esperança se esvaiu, provocando uma crise no pensamento hegeliano, assumindo então uma concepção mais histórica e dialética da

[4] O processo de objetivação em Hegelé entendido como o movimento que a consciência se exterioriza mediante o agir, e devido a isso produz uma realidade que pode reconhecer a si mesma. "Assim, o indivíduo é para a consciência o que é si" (Hegel, 2014, § 405).

[5] No que diz respeito ao conceito de positividade dentro do pensamento hegeliano, é compreendida como a contradição que os produtos da atividade social humana, que são produzidos através da história, passam a confrontá-los como forças autônomas (Lukács, 2018, p.687).

positividade (Lukács, 2018, p. 687).

Dessa forma, Hegel enxerga as instituições modernas[6] não mais como necessariamente positivas, mas como um processo histórico concreto de vir-à-ser mediado pela práxis social humana. O desenvolvimento deste pensamento ocorre em paralelo aos avanços gradativos da intelectualidade econômica clássica inglesa desvelada por Hegel, provocando interesse na compreensão das contradições econômicas do capitalismo. Para Hegel, instituições que se fundamentam na mera conceituação de tempo de existência não possuem solidez ontológica que justifique continuar a existir[7]. Tal argumentação apresenta caráter de "positividade" sem vida, e é necessário que seja removida da história.

Na obra *Fenomenologia do Espírito*, o termo "alienação"[8] ganha destaque pela sua universalização no âmbito filosófico, elevando-se para além da simples economia ou filosofia da sociedade. Em sua utilização deste conceito, Hegel nos fornece três diferentes variáveis, em que a primeira forma de alienação é apresentada como a relação sujeito-objeto juntamente ao trabalho e atividade social-econômica humana. Esta primeira forma faz com que ocorra o problema da objetividade do desenvolvimento humano dentro da sociedade, assim como suas leis que a regem, mas mantendo a ideia de que a história é exclusivamente humana. (Lukács, 2018, p. 691).

Uma segunda forma de aparição da alienação em Hegel se dá de maneira específica às estruturas de organização de uma sociedade capitalista, que ficou conhecida em Marx como fetichismo, pois, segundo Lukács (2018, p. 691), "a análise de Hegel de 'Entäusserung' é muito significativa [...] porque nesta análise pela primeira vez na história da filosofia, ele tenta compreender mentalmente o que Marx chama mais tarde de fetichismo de mercadorias". Para Lukács (2018, p. 691), Hegel conhece a base econômica exclusivamente de polos antagonistas de classes como fatos sociais, o impedindo de ter conclusões fundamentalmente teóricas. Hegel demonstra que determinadas concepções do problema da fetichização dos objetos sociais no capitalismo já estão presentes em seu pensamento. No entanto, para Hegel, a fetichização é necessária para a socialização do trabalho e para a práxis humana em geral, mas não concebe que, na realidade, isso já é um sinal fetichizado da essência capitalista.

A terceira forma de utilização da alienação acontece na ampla universalização filosófica

[6] As instituições e formações sociais aqui são compreendidas através do movimento histórico que se explicita pelo processo de exteriorização da atividade humana. Dessa maneira, a efetividade do indivíduo se encontra na realização de seu agir e suas objetivações. Conforme Meneses , "o indivíduo não pode saber o que ele é, antes de se ter levado à efetividade através do agir" (Hegel apud Meneses, 2001, p. 40).

[7] "As leis e instituições não são capazes de conservar sua validade somente por sua permanência histórica. Assim, quando o "espírito da vida" dessas instituições e leis desaparecem, elas não mais representam as necessidades da vida concreta dos indivíduos, e por isso se tornam positivas, vazias de vitalidade." (Lukács, 2018, p.327).

[8] "Seu ser-aí é a obra da consciência-de-si, mas é igualmente uma efetividade imediatamente presente, e estranha a ela; tem um ser peculiar, e a consciência -de-si ali não se reconhece." (Hegel, 2014, § 521).

do conceito, em que “alienação” pode significar o mesmo que objetivação, sendo que esta nos é dada como um momento dialético no caminho do sujeito-objeto que volta para si, e que passa pela “alienação”, como Hegel diz:

> O ser-aí imediato do espírito - a consciência tem os dois momentos: o do saber e o da objetividade negativo em relação ao saber. Quando nesse elemento o espírito se desenvolve e expõe seus momentos, essa oposição recai neles, e então surgem todos como figuras da consciência. A ciência desse itinerário é a ciência da experiência que faz a consciência; a substância é tratada tal como ela e seu movimento são objetos da consciência. A consciência nada sabe, nada concebe, que não esteja em sua experiência, pois o que está na experiência é só a substância espiritual, e em verdade, como objeto de seu próprio Si. O espírito, porém, se torna objeto, pois é esse movimento de tornar-se um Outro, isto é, objeto de seu Si e de superar esse ser-outro (Hegel, 2014, p. 46).

Dessa maneira, a objetivação está diretamente ligado ao movimento dialético da consciência e do espírito, onde o sujeito exterioriza sua interioridade, sua atividade e determinações no mundo. Inicialmente, a consciência constitui uma relação contraditória entre saber e objetividade, em que o espírito somente pode se realizar em um processo de exteriorização em algo diferente de si mesmo, pois, de acordo com Hegel, “a força do espírito só é tão grande quanto sua exteriorização; sua profundidade só é profunda na medida em que ousa expandir-se e perder-se em seu desdobramento (Hegel, 2014, § 10). O espírito, ao transformar-se em “Outro”, se torna objeto, ou seja, ele se aliena na objetividade, e a experiência da consciência é o processo pelo qual ela confronta suas objetivações. Assim sendo, a alienação não tem caráter apenas negativo, mas é um momento necessário do desenvolvimento dialético, pois apenas mediante a exteriorização o espírito pode reconhecer-se[9]. Entende-se que o espírito produz objetivações, sejam elas culturais, sociais, históricas ou institucionais, e que em primeiro momento estas lhe aparecem como exteriores, e posteriormente são reconhecidas como produto de sua atividade. Portanto, a objetividade não é compreendida como realidade autônoma que age de forma independente da consciência, mas que é, na realidade, o momento do desenvolvimento do espírito absoluto.

Para Lukács, Hegel aproxima os conceitos de “alienação” e “objetividade” e, desse modo, estabelece uma relação que dificulta a distinção entre pontos cruciais e determinantes da natureza e da sociedade, uma vez que, para Hegel, a natureza e a história fazem parte do processo de alienação do espírito. A natureza pode ser concebida como uma alienação do espírito em que o movimento é na verdade um pseudo movimento, pois o que a determina é o movimento do sujeito, e então para Hegel a natureza não teria história[10], como podemos ver na citação a seguir,

[9] É uma objetivação ou exteriorização em que o sujeito se exprime no que ele é, na qual se reconhece e se conhece melhor do que em sua pura interioridade e donde retorna a si, suprassumindo -a na unidade da individualidade e da objetividade, da interioridade e da exterioridade, no universal ou no Espírito.” (Meneses, 2001, p. 41).

[10] “Mas a natureza orgânica não tem história: de seu universal — a vida — precipita-se imediatamente na singularidade do ser-aí.” (Hegel, 2014, § 343).

em que Hegel diz: "Esse último vir-a-ser do espírito, a natureza, é seu vivo e imediato vir-a-ser. Ora, a natureza - o espírito alienado em seu ser-aí é uma eterna alienação de sua subsistência, e o movimento que estabelece o sujeito" (Hegel, 2014, p. 544). Por outro lado, a "alienação" da sociedade que se exemplifica como práxis do gênero humano, que contém história, é uma "alienação" do espírito do tempo, sendo de acordo com Hegel uma história real. No entanto, essa concepção de "alienação" faz com que ocorra um pseudo movimento no processo de vir-a-ser da história, pois em suas palavras:

> Mas o outro lado de seu vir-a-ser, a história, é o vir-a-ser que sabe e que se mediatiza é o espírito alienado ao tempo. Mas essa alienação é igualmente a alienação dela mesma: o negativo é o negativo de si mesmo. Esse vir-a-ser apresenta um movimento lento e um suceder-se de espíritos, um ao outro; uma galeria de imagens, cada uma das quais, dotada com a riqueza total do espírito, desfila com tal lentidão justamente porque o Si tem de penetrar e de digerir toda essa riqueza de sua substância. (Hegel, 2014, p. 42-2).

Na filosofia hegeliana, é apresentado o desenvolvimento da natureza, não como uma historicidade datada de eventos que se apoia sobre o tempo. Para Hegel, o tempo e suas concepções fundando a historicidade tem caráter restrito ao gênero humano e sua sociedade, não se podendo falar de uma história do desenvolvimento da natureza (Hegel, 2014, § 343). De acordo com o autor de *Fenomenologia do Espírito*, há uma diferença no desenvolvimento da natureza e no desenvolvimento social da humanidade[11], que pode ser evidenciado no momento da história humana em que a dialética toma forma no movimento imanente da humanidade em relação a sua história, em que a história é feita a partir do social, que é responsabilidade propriamente humana, ou seja, a humanidade faz sua própria história. Marx aponta com exatidão essa diferença ao dizer que "E não seria ela mais fácil de ser compilada, uma vez que, como diz Vico[12], a história dos homens se diferencia da história natural pelo fato de fazermos uma e não a outra". (Marx, 2013, p. 457). Hegel intuiu de forma correta a história da humanidade, mas negligenciou e mistificou a história da natureza.

A filosofia hegeliana da história fornece a possibilidade de uma visualização correta de aspectos da história social humana, e proporciona determinações da ciência histórica em suas metodologias, porém não anula sua instância mistificadora da "alienação". Para Hegel, a superação de si mesmo, ou seja, seu retorno ao sujeito-objeto é um processo histórico necessário da própria história, de acordo com a concepção hegeliana da história global, faz com que o processo de superação de si mesmo seja uma "alienação" ao tempo (Lukács, 2018, p. 692).

---

[11] "O outro lado de seu vir-a-ser, a história, é o vir-a-ser que-sabe e que se mediatiza , é o espírito alienado no tempo." (Hegel, 2014, § 808).

[12] Giambattista Vico (1668–1744) foi um filósofo e historiador italiano, conhecido sobretudo por sua obra *A ciência nova* (*La Scienza Nuova*), na qualdesenvolveu uma concepção histórica segundo a qual o mundo civil é produzido pelos próprios seres humanos (Vico, 1999, p. 172, § 331)

O conceito de sujeito absoluto[13] presente na *Fenomenologia do Espírito* implica em uma profunda reconfiguração da história. A partir do momento em que o processo histórico em sua totalidade é movido para o saber absoluto[14], a história passa a ser absorvida pela autoconsciência do espírito e não mais temporalmente determinada e em movimento aberto. Esse processo pode ser entendido como uma revogação da história no interior do sujeito absoluto hegeliano, na medida em que é internalizado de um ponto de vista que está acima dos aspectos temporais. No entanto, a superação do tempo e da objetividade leva a um aspecto problemático. A dialética da história se força a delimitação de caráter não histórico. O início e o fim do processo histórico deixam de ser explicados pelas contradições imanentes da vida social e ressurgem pelas formas de limites absolutos, como categorias de origem religiosa, como a criação do mundo e o fim dos tempos. Isso faz com que dentro de sistemas filosóficos sejam concebidos elementos místicos na concepção de história, sendo autocontraditório com a dialética.

Portanto, de acordo com Lukács (2018, p. 697), ao levar a filosofia da história em suas últimas consequências, Hegel anula o potencial crítico de sua descoberta, que é a compreensão da realidade como processo histórico contraditório. O espírito absoluto hegeliano tem seu ápice no saber absoluto, que é a filosofia. Assim, a história torna-se um movimento que na realidade se desenrola como processo, e seu apogeu se dá na efetividade real da filosofia, na compreensão do caminho percorrido até o momento da história do indivíduo do espírito absoluto, e que na concepção de Hegel, é esta sua finalidade imanente desde o início, o em-si inerente a ela desde o começo. Tendo isso em vista, a autossuperação da história acontece. A história se torna uma mera realização de uma finalidade já existente desde o início do sujeito, superando sua imanência. O saber absoluto compreende o movimento histórico em sua totalidade, e com isso, conduz à superação do próprio tempo histórico no sistema hegeliano(Lukács, 2018, p. 660).

[13] “Sobre o absoluto, deve-se dizer que é essencialmente resultado; que só no fim é o que é na verdade. Sua natureza consiste justo nisso: em ser algo efetivo, em ser sujeito ou vir-a-ser-de-si-mesmo.” (Hegel, 2014, § 20).
[14] O saber absoluto é a verdade de todas as modalidades da consciência, porque, como o resultado da experiência de todas elas, se sabe que nenhuma delas é outra coisa que momentos do saber absoluto.”(Hegel, 2014, § 798).

3 ALIENAÇÃO EM MARX

3.1 Vislumbres da superação da dialética idealista hegeliana por uma dialética materialista

O jovem Marx é responsável por desenvolver uma inversão da dialética idealista[15] em dialética materialista, da crítica do idealismo hegeliano. Hegel compreende a realidade como um movimento de negatividade e superação de determinações imediatas. O filósofo afirma que "o dialético, em geral, é o princípio de toda a vida, de toda a atividade na efetividade" (Hegel, 1995, p. 163). O movimento dialético é um processo de autodeterminação em que o sujeito se constitui através da mediação e relação com o outro. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx desenvolve críticas sobre a dialética hegeliana, e que na obra *A sagrada Família*, Marx nos diz o seguinte:

> Hegel se torna culpado, pois, de uma [...] insuficiência [...] ao teorizar que o espírito absoluto, na condição de espírito absoluto, apenas faz a História em aparência. Uma vez que o espírito absoluto, com efeito, apenas atinge a consciência no filósofo, na condição de espírito criador universal, sua fabricação da História existe apenas na consciência, na opinião e na representação do filósofo, apenas na imaginação especulativa (Marx, 2003, p.103).

Isto posto, o espírito absoluto como sujeito do processo histórico é apresentado ainda de maneira idealista e abstrata, em que há uma espécie de insuficiência ao transformar aquilo que é a história concreta humana em uma manifestação da autoconsciência do espírito, o que faz com que a atividade histórica humana seja movida para a especulação filosófica. Para Marx, o espírito absoluto é responsável apenas por fazer uma aparência da história, não a apreende de maneira efetiva e material, pois sua efetivação acontece apenas na consciência do filósofo[16]. Portanto, Marx parte de uma premissa diferente, colocando comoplano de fundo as condições materiais da existência humana, de sua práxis e relações sociais[17]. Marx, então, quer restituir a historicidade no espectro das relações humanas concretas, em que a história é produzida pelos humanos a partir de suas atividades materiais, e não pela autodescoberta especulativa do espírito.

Em Marx, a crítica da sociedade moderna estrutura-se através de uma junção sistemática

---

[15] A substância viva é o ser, que na verdade é sujeito [...] só à medida que é o movimento de pôr-se-a -si-mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tornar-se-outro." (Hegel, 2014, p. 32).

[16] "O espírito absoluto somente 'faz a história em aparência' [...] a sua produção da história existe somente na consciência, na imaginação especulativa." (Marx; Engels, 2011, p. 103)

[17] "Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, não são dogmas, mas pressupostos reais [...] São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação." (Marx; Engels, 2007, p. 86).

entre a filosofia e economia política, e as determinações sociais são averiguadas simultaneamente em seus diferentes aspectos, tanto quanto econômica quanto conceitual. Em Hegel, a dialética está entrelaçada a dimensão do idealismo especulativo, uma vez que o movimento contraditório da realidade é apreendido como desenvolvimento do conceito e do espírito. A contradição expressada pelo pensamento representa o movimento imanente em que uma determinação se nega, se conserva e é superada em outra determinação que seja mais desenvolvida.[18] Por outro lado, Marx conduz o movimento dialético às condições materiais da existência humana, em que as relações concretas de produção e reprodução da vida social ganham forma e centralidade no debate. Marx então propõe a alteração do primado do espírito pelo primado das relações materiais que são historicamente determinadas, pois "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência." (Marx; Engels, 2007, p. 94). Portanto, o que está em vista é a fundamentação marxiana na dinâmica histórica a partir da crítica da economia política, e que se baseiam não no autodesenvolvimento da consciência, mas nas contradições efetivas da sociedade material (Lukács, 2018, p. 707).

Hegel identificou o problema da alienação e estranhamento na atuação da vida humana no social, então, o que a crítica marxiana faz é assumir uma concepção mais profunda da economia que se apresentava na sociedade. No que se refere à virada conceitual de entendimento da história humana e da natureza, Engels chamou o sistema hegeliano de "materialismo virado idealisticamente de cabeça para baixo tanto em termos de método quanto de conteúdo" (Engels, 2010, p. 21).

> Assim, o espírito filosófico nada mais é do que espírito pensante [a partir] do interior de seu estranhamento-de-si, isto é, espírito estranhado do mundo, [espírito] que se concebe abstratamente. A lógica do dinheiro do espírito, o valor do pensamento, o [valor] especulativo do homem e da natureza - sua essência tornada totalmente indiferente contra toda determinidade (Bestimmtheit) real e, portanto, [essência] não real é o pensar alienado que, por essa razão, faz abstração da natureza e do ser humano real; o pensar abstrato (Marx, p.122, 2004).

A superação da alienação, em Hegel, se dá pela filosofia, porém se a filosofia deve superar algum tipo de "alienação" em seu sistema, é indicador que já há uma manifestação da própria "alienação" dentro da filosofia. Uma vez que Hegel deixa isso de lado, em que a idealização de um pensamento estranhado já é diagnóstico do estranhamento, e enxerga o pensamento como força da superação da "alienação", ele cai em um idealismo acrítico, e coloca inversamente as interconexões e as determinações reais do estranhamento na vida social (Lukács, 2018, p. 692).

---

[18] **"**A substância viva é o ser, que na verdade é sujeito, ou, o que significa o mesmo, que é na verdade efetivo, somente na medida em que é o movimento do pôr-se-a -si-mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tornar-se-outro." (Hegel, 2014, § 18).

Mesmo partindo de um ponto de vista idealista que mistifica a realidade, Hegel foi capaz de enunciar determinações efetivas e fundamentais sobre a economia e ahistória, além disso conseguiu articular dialéticas da realidade objetiva em seu conjunto[19]. Portanto, a dialética hegeliana foi capaz de constituir-se como precursora imediata da dialética materialista[20]. O principal elemento, decisivo na compreensão hegeliana sobre a realidade que atua diretamente em sua efetividade no que futuramente se tornou a dialética materialista marxiana é deque, para Hegel, o trabalho é um processo de autoprodução humana, ou seja, de seu gênero enquanto espécie.

3.2 Trabalho alienado e forma mercadoria na crítica de Marx

Marx reconhece que o ser humano se identifica no mundo e o enxerga de acordo com as relações sociais estabelecidas na sociedade perante outros seres humanos[21]. Essas relações apenas acontecem com a presença da linguagem, que se efetivam no convívio. Na obra *Ideologia alemã*, Marx e Engels fazem uma investigação sobre o processo de formação histórica da sociedade humana, e afirmam que a linguagem é tão antiga quanto a consciência ao dizer que "a linguagem nasce, tal como a consciência do carecimento da necessidade de intercâmbio com outros homens" (Marx; Engels, 2007, p. 34-35).

Ao analisar a mercadoria em uma sociedade capitalista, Marx detecta um caráter misterioso[22] nestas, uma relação fantasmagórica, que está atribuída à ocultação das relações sociais entre os trabalhos individuais para a produção de determinado objeto. Na sociedade mercantil-capitalista, as relações humanas são tomadas por relações entre coisas, não somente isso, mas também que as relações sociais de produção se tornam coisas, e apenas como coisas podem se expressar, um processo de coisificação. O fetichismo de mercadoria, descrito por Marx (2003, p.94), em suas palavras "chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias". O fetichismo é uma ilusão que há ao entender que o valor da mercadoria se deve exclusivamente por suas

[19] "A compreensão dialética do mundo como um todo, como um sistema de mover e transformar opostos, no conhecimento da sociedade, é expresso no desejo de Hegel de compreender todas as categorias objetivas de natureza econômica e social, como móveis, cheias de contradições das atitudes das pessoas." (Lukács, 2018, p. 535

[20] **"**A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede de modo algum que ele tenha sido o primeiro a expor, de maneira ampla e consciente, suas formas gerais de movimento. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário virá-la pelo lado certo, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico." (Marx, 2013, p. 91).

[21] "A produção das ideias, das representações, da consciência está, a princípio, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real." (Marx; Engels, 2007, p. 93).

[22] "O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas." (Marx, 2013, p. 147).

propriedades físicas, sendo esta uma ilusão[23] socialmente necessária que é produzida pela sociedade capitalista, incorrendo no erro da naturalização do valor de uma propriedade essencialmente social.

Desse modo, o que o humano produz constitui a exteriorização de seu trabalho em um objeto, ou seja, a objetivação de sua atividade humana em uma realidade exterior ao sujeito, pois conforme Marx afirma (2004, p. 80), o produto do trabalho é "o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho.". Portanto, em uma sociedade capitalista de produção, essa objetivação se transforma em estranhamento, pois "o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor." (Marx, 2004, p. 80). Assim, sua atividade vital, o trabalho, é reduzida a meramente aspectos de subsistência física, perdendo o domínio sobre o objeto produzido e sobre sua própria atividade. Baseado nesta premissa, quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho, mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado, tanto mais pobre se torna a sua vida e menos ele se pertence a si próprio (Marx, 2004, p. 81). A alienação do trabalho é expressa da seguinte forma por Marx:

> nas leis da Economia Política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tan to mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza (Marx, 2004, p. 81).

O produto que o trabalhador produz passa a dominá-lo, uma vez que este produto lhe é estranhado, e em uma sociedade capitalista este produto é o meio de sua subsistência física enquanto trabalhador. Portanto, a relação trabalhador/produto constitui um paradoxo existencial, pois o trabalho é responsável por lhe fornecer um meio de subsistência física, e a subsistência física condiciona a necessidade do sujeito ao trabalho. A alienação se expressa também enquanto sua relação de trabalho durante o processo de produção, sendo uma alienação ativa durante a produção do objeto "Se o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação ativa - a alienação da atividade e a atividade da alienação'' (Marx, 2004, p. 82).

A alienação ocorre quando o trabalho é exterior ao trabalhador, não está em sua natureza aquilo que faz, que produz, e isso faz com que ocorra uma negação de si mesmo quando não se realiza naquilo que faz. Isso pode ser evidenciado de algumas maneiras, tal como o sofrimento ao trabalhar por não desenvolver de forma espontânea suas forças mentais e físicas. Quando isso ocorre, o trabalhador apenas está bem em seu horário livre, fora do ambiente de trabalho, e no

[23] **"**É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas." (Marx, 2013, p. 147).

trabalho, está contra a sua vontade. Esse tipo de trabalho é a personificação da morte humana, sua alienação é sua queda. O trabalhador só está livre em aspectos animalescos de sua essência, tais quais como, comer e se reproduzir, fazendo com que aquilo que havia de humano em si se reduza a um animal "o animal se torna humano, e o humano se torna animal." (Marx, 2004, p. 83).

Ao enxergar o trabalhador também como uma mercadoria que perpassa pelo processo fantasmagórico da fetichização, a linguagem ganha determinada importância ao relacionar o ser humano com mercadorias, e suas formas de relações sociais são então afetadas. "A todo o instante, no cálculo e contabilidade, transformamos as mercadorias em signos de valor, as fixamos como simples valores de troca abstraindo de sua matéria e de todas as suas propriedades naturais" (Marx, 2011, p.92). Portanto, as próprias relações sociais estariam condicionadas também ao mundo das mercadorias.

3.3 A constituição do trabalho estranhado na sociedade capitalista

Em *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx propõe superar a visão ideológica da economia política clássica que vê como "Parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica" (Marx, 2004, p.79). A economia política clássica vê o trabalho como uma atividade que é exterior ao ser humano, e o que isso faz na realidade é encobrir a forma específica de trabalho nessa situação, que é o trabalho estranhado visto como produto histórico da sociedade capitalista. Esta situação leva Marx a escrever que a economia política clássica "Concebe o processo material da propriedade privada como ele corre na realidade e em fórmulas gerais e abstratas, que passam a valer como leis para ela. Não concebe essas leis, isto é, não demonstra como elas derivam da essência da propriedade privada." (Marx, 2004, p.79-80). A partir disto, Marx defende que o estranhamento e a exploração do trabalho são a base constitutiva da sociedade industrial moderna, que é escondida pela economia política, que reconhece apenas o trabalho como força produtiva de riquezas.

A economia política, para Marx, faz uma análise da produção de um ponto de vista abstrato e a-histórica[24], o que o faz acreditar que é também um erro metodológico. Portanto, Marx faz sua análise sobre a produção a partir de uma forma particular de produção, que neste caso é a produção capitalista moderna e dos fatos econômicos da sociedade burguesa. Nesta sociedade dada, Marx entende que o trabalhador é colocado em uma posição onde a alienação adquire seu caráter negativo, o estranhamento. Por conseguinte, sob uma sociedade capitalista, o trabalhador

[24] **"A** Economia Política parte do fato da propriedade privada. Não o explica. Ela apreende o processo material da propriedade privada [...] como leis universais e abstratas." (Marx, 2004, p. 79).

estranha o produto de seu trabalho e sua atividade, o que faz com que “se torne tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (Marx, 2004, p.80). O trabalho estranhado é uma atividade exterior ao trabalhador, é responsável por negar a natureza humana, que é livre, criativa e realizada de forma consciente, o que leva Marx a escrever que:

> Como uma atividade estranha, não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, sua vida pessoal –pois o que é a vida senão atividade? - como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. (Marx, 2004, p.83).

A atividade vital humana, que para Marx é o trabalho livre e consciente, quando estranhada, se torna uma atividade negadora da essência humana, e dessa forma o trabalhador “não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina seu espírito.” (Marx, 2004 p.83-84). Dessa maneira, o trabalhador não mais se realiza em sua atividade vital, e ao invés disso só se sente em si fora do trabalho, e quando está nele sente-se distante de si mesmo, e suas realizações acontecem meramente nas funções enquanto animais, tais como comer, beber e procriar, fazendo com que o humano se torne animal.

O trabalho estranhado confronta o trabalhador, pois sua atividade vital lhe é estranha a sua espécie enquanto ser genérico, sua natureza física e espiritual, transforma-se em algo alheio a ele próprio. A atividade vital humana, enquanto consciente e livre, lhe dá o caráter específico que lhe diferencia dos outros animais, e quando ocorre a negação desta atividade em uma mera atividade de subsistência física, lhe aproxima dos animais e lhe distancia de seu ser genérico. Dentro desta perspectiva, Chagas discorre sobre o trabalho enquanto sua duplicidade ao dizer que “Na sociedade capitalista, o trabalho deixa, portanto, de ser uma atividade livre e consciente (atividade positiva) e se torna uma atividade estranhada, perniciosa, deletéria, morta, imposta, repetitiva, fatigante (atividade negativa), que nega a essência humana.” (Chagas, 2016, p. 176).

Para Marx, a alienação positiva do trabalho[25], enquanto atividade positiva, é necessária no processo de objetivação em todas as formas de sociabilidade, e é a esfera ontológica fundamental dos seres humanos[26]. Assim, a objetivação é uma atividade essencial para o humano se afirmar como tal, em que seu produto afirma sua atividade objetiva. Desse modo, aquilo que é produzido pelo trabalho, ou seja, o objeto, é uma consequência imediata da objetivação do gênero humano. Ao objetivar-se através do trabalho, o ser humano manifesta sua atividade de alienação positiva

[25] Aqui entendo como alienação positiva a objetivação do trabalho, e alienação negativa o processo de estranhamento. A utilização desta terminologia deve-se ao fato do diálogo realizado com o autor Eduardo Chagas.

[26] “É precisamente na elaboração do mundo objetivo que o homem se confirma, portanto, como um ser genérico.” (Marx, 2004, p. 85).

enquanto ser genérico, apresentando interações e necessidades que são exclusivamente humanas. Dessa maneira, a vida humana está ligada de forma direta ao trabalho e a objetivação. Portanto, a objetivação é momento intrínseco da alienação, mas nem toda alienação é um estranhamento, pois há a alienação positiva, que é aquela onde o ser humano se efetiva enquanto ser. O estranhamento do trabalho acontece na sociedade capitalista como forma necessária da socialidade vigente, como Chagas diz que:

> Somente numa dada forma particular de sociabilidade, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção, o processo de objetivação traz consigo o momento do estranhamento, em que a objetivação surge como “perda do objeto”, a atividade produtiva torna-se atividade que mutila e desumaniza o humano. Pode-se evidenciar que o humano, ao objetivar-se na cultura, na arte, no Estado, na política, ao mesmo tempo se aliena (Chagas, 2016, p. 179).

A atividade produtiva não mais afirma a humanidade do indivíduo em uma sociedade capitalista, ela se transforma em uma prática que mutila e desumaniza o humano, pois o trabalhador não se reconhece no resultado de sua própria ação. Embora o ser humano se objetive historicamente em esferas como a cultura, arte, Estado e a política, essas objetivações podem assumir formas alienadas, em que as criações humanas passam a dominar aqueles que a produziram, evidenciando o caráter histórico e social determinado da alienação. Em vista disso, a alienação é um momento necessário do processo de objetivação humana da transformação da natureza, sendo impossível desvencilhar a alienação da própria existência humana, mas seu estranhamento acontece dentro do modo de produção capitalista (Araujo, 2022, p. 439-461).

4 DA PROPRIEDADE PRIVADA À FORMA-SALÁRIO: CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA ALIENAÇÃO

4.1 Propriedade Privada e Constituição da Relação-Capital como pressuposto do Trabalho Alienado

Existe uma forte relação entre propriedade privada e desigualdade social, e esta relação tem papel central na tradição crítica da modernidade[27]. Tendo isso em vista, Jean-Jacques Rousseau identifica a propriedade como um dos principais fundamentos da desigualdade entre os homens, pois para ele a sua instituição inaugura relações de dominação e privilégios que não se alinham com a igualdade natural, pois, para Rousseau, o homem é naturalmente bom, sendo a corrupção decorrente das relações sociais historicamente constituídas (Rousseau, 2004). Com a consolidação da sociedade civil e o abandono do estado de natureza, a desigualdade se torna peça estrutural das relações sociais. Neste contexto, Rousseau demonstra ser um dos mais influentes pensadores sobre este fenômeno, e ao reconstruir a gênese da sociedade civil, Rousseau afirma:

> Se seguirmos o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, observaremos que o estabelecimento da leie do direito de propriedade constituiu seu primeiro marco; a instituição da magistratura, o segundo, e que o terceiro e último foi a transformação do poder legítimo em poder arbitrário. Dessa maneira, a condição de rico e pobre foi autorizada pela primeira época; a de poderoso e fraco pela segunda, e a de senhor e escravo, pela terceira, que é o último grau da desigualdade, e o termo ao qual finalmente chegam todos os outros, até que novas revoluções dissolvam por completo o governo, ou o aproximem da instituição legítima (Rousseau, 1989, p. 110 -111).

Na sua obra intitulada *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau identifica a desigualdade como traço constitutivo da sociedade civil, e sua origem se encontra na instituição da propriedade privada. Apesar de reconhecer que o trabalho justifique o gozo dos frutos da terra, sustenta que a propriedade somente se consolida através do reconhecimento social que é atribuído pelos demais indivíduos. Consequentemente, a propriedade é legitimada, e origina-se as relações de dominação e da desigualdade civil. Na segunda parte *do Segundo Discurso*, Rousseau afirma que:

> O primeiro que, tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: ‘ isso é meu’, e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, mortes, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: Fugi às palavras deste impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos pertencem a todos, e que a terra não é de ninguém (Rousseau, 1989, p. 84).

[27] “É, portanto, à propriedade e às leis que devemos a desigualdade entre os homens.” (Rousseau, 1989, p. 99).

Rousseau concebe a propriedade como uma relação social instituída através de uma convenção social, e dependente do reconhecimento coletivo. Por possuir caráter contratual, a propriedade não pode ser entendida como um direito natural ou imutável, e que pode ser transformada ou abolida. Tendo isso em vista, o pensamento de Rousseau exerce forte influência em Marx, que radicaliza essa crítica ao identificar a propriedade privada burguesa como um dos fundamentos das relações de exploração capitalistas. A crítica marxiana é voltada a propriedade como forma historicamente específica da propriedade capitalista, que é baseada na apropriação da riqueza sob a forma do capital. Portanto, trata-se de uma modalidade de propriedade que tem a finalidade de autovalorização, e não de satisfação das necessidades humanas.

Para Marx, o capital não deve ser entendido meramente como um simples conjunto de bens e recursos materiais, mas sim como uma relação social que é fundada no movimento contínuo de valorização do valor[28]. Marx analisa a forma mercadoria, em que sua generalização nas relações de troca leva necessariamente ao surgimento da forma dinheiro, que é expressão do valor. Dessa maneira, a forma dinheiro pode ser compreendida como o resultado histórico do desenvolvimento da circulação mercantil, que tem papel fundamental na reprodução do capital. Devido a análise da forma dinheiro, em *O Capital* Marx vai afirmar que:

> Toda pessoa sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro. Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese desta forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isto desaparece o enigma do dinheiro (Marx, 1983, p. 54).

Marx entende a mercadoria como forma elementar de riqueza burguesa, e usa isso para demonstrar que ela possui uma dupla determinação, a saber: simultaneamente possui caráter concreto expresso como valor de uso, e caráter abstrato, expresso como valor. O valor de uso é suas propriedades materiais que são capazes de satisfazer as necessidades humanas, já o valor é determinado socialmente, sendo um aspecto objetivo, mas não perceptível por agentes econômicos de forma imediata[29]. O valor possui um caráter enigmático que fornece bases para as próximas manifestações dentro do processo capitalista, que são a mercadoria, dinheiro e capital, formas essas que possuem aparências ocultadas dentro das relações sociais. Desse modo, em *O Capital*, Marx reconstrói o percurso histórico da constituição do capital, e torna compreensíveis

[28] “O capitalnão é uma coisa, mas uma determinada relação social de produção, pertencente a uma determinada formação histórico-social da sociedade, que se manifesta numa coisa e confere a essa coisa um caráter especificamente social.” (Marx, 2017, p. 877).

[29] “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferentes qualidades; como valores de troca, elas só podem ser de diferentes quantidades.” (Marx, 2013, p. 115).

as categorias que se apresentam de forma fetichizada na sociedade burguesa.

A constituição do capital como princípio organizador da reprodução social não aconteceu devido um desenvolvimento espontâneo de trocas. Para que o capital se torne uma espécie de "sujeito automático" do processo de valorização, foi necessário um conjunto de transformações históricas que permitiram as condições de existência do modo de produção capitalista. Uma das principais transformações históricas, Marx identifica na separação do trabalhador dos meios de produção, e este processo privou o trabalhador das condições materiais de suas subsistências físicas e o transformou em trabalhador assalariado. Esta expropriação analisada por Marx, que é entendida através da acumulação primitiva, é o pressuposto histórico essencial para a formação da relação-capital, pois origina o proprietário dos meios de produção e o trabalhador livre desprovido de qualquer outro meio de sobrevivência. Esta constatação leva Marx a dizer que:

> A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção" (Marx, 1984, p. 262).

Uma vez consolidada a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do trabalho, o modo de produção capitalista preserva esta separação, e além disso, reproduz e amplia de forma contínua, certificando-se da necessidade de renovação das condições necessárias para a valorização do capital. A partir disso, Marx afirma que a acumulação primitiva se constitui a partir do "processo histórico de separação entre produtor e meio de produção" (Marx, 1984, p.262), e isso configura o fundamento histórico de exploração capitalista.

Portanto, a crítica marxiana da propriedade privada não se restringe a propriedade em geral, mas sim a forma historicamente determinada da propriedade privada dos meios de produção. O real problema está na constatação que a propriedade privada possibilita a apropriação privada do trabalho excedente, e estabelece uma relação de dominação entre os donos do capital e aqueles desprovidos de capital que são compelidos a vender sua força de trabalho. Marx não volta sua crítica em direção à posse ou usufruto de bens destinados a satisfação humana, ou seja, dos valores de uso produzidos pelo trabalho, mas sua crítica é dirigida sobre a propriedade que é convertida em capital e é fundamento da exploração e reprodução das relações capitalistas, pois "o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada" (Marx, 2004, p.84).

4.2 A Forma-Salário e a Reprodução da Exploração Capitalista

> O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas conseqüências para eles (Marx, 2004, p. 23).

De acordo com Marx, o antagonismo estrutural é peça central na determinação do salário[30], pois apesar de que em termos contratuais serem partes aparentemente iguais, quando examinado de uma forma mais cautelosa, podemos perceber que o valor pago pela força do trabalho é condicionado pela correlação de forças capitalistas e trabalhadores, que demonstra ser um confronto desigual devido a suas posições materiais. O capitalista possui reservas econômicas e dos meios de produção que lhe permitem suportar por mais tempo um período de crises e/ou interrupções de produção, no entanto, o trabalhador quando desprovido de outros meios de subsistência física, encontra-se em uma posição de luta pela sobrevivência. A fixação do salário evidencia uma falsa equivalência contratual entre capitalista e trabalhador, uma vez que existe predominância das condições de reprodução do capital sobre as necessidades da classe trabalhadora, demonstrando a desigualdade que constitui as relações capitalistas.

O salário é determinado pelas condições materiais necessárias que são necessárias somente para a reprodução da força de trabalho. A remuneração do trabalhador é condizente ao mínimo necessário para assegurar sua subsistência física durante o processo produtivo, e garantir a manutenção de suas capacidades físicas. O salário mínimo não se refere às necessidades humanas, mas as necessidades animais e capitalistas, pois constitui somente a conservação e a reprodução da classe trabalhadora, para que possa ser assegurado a permanência das relações de produção capitalista. (Marx, 2004 p.23).

Portanto, dentro das relações de produção capitalista, o trabalhador é submetido às mesmas determinações que regem a circulação das demais mercadorias, pois “a força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que seu proprietário, o possuidor de força de trabalho, vende ao capitalista**.”** (Marx, 2013, p. 242). A valorização do trabalhador é dependente da relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho, logo, o excesso de trabalhadores disponíveis diminui os salários e aumenta as condições de precarização. Quando a oferta de força de trabalho supera a procura, parte da classe trabalhadora é jogada ao desemprego, miséria e a fome. O trabalhador depende das oscilações do mercado e dos interesses capitalistas, sendo a sua sobrevivência condicionada pela possibilidade de encontrar um comprador para sua força de trabalho. O trabalhador é reduzido a condição de uma mera mercadoria, como todas as outras, subordinando

[30] “O salário é a forma monetária pela qual o preço da força de trabalho se expressa.” (Marx, 2013, p. 659).

sua existência às necessidades de valorização do capital (Marx, 2004, p.24).

Para Marx, o trabalhador permanece subordinado à lógica da acumulação capitalista em qualquer estágio do desenvolvimento econômico. Em períodos declínio da riqueza social, a classe trabalhadora é a classe que mais sofre pelo desemprego, miséria e fome. Em condições de prosperidade econômica de um país, mesmo com aumento da demanda por força de trabalhado e elevação dos salários, vem acompanhado pela intensificação da exploração através do prolongamento das jornadas de trabalho e redução da expectativa de vida do trabalhador. A acumulação de capital e aprofundamento da divisão do trabalho tornam o trabalhador cada vez mais sujeitos de uma atividade unilateral e mecanizada, aumentando seu assujeitamento às condições do mercado e interesses capitalistas. Mesmo na situação mais favorável ao trabalho, o desenvolvimento capitalista conduz ao aumento da exploração e a reprodução da pobreza (Marx, 2004, p.26-27).

O contexto mais favorável ao trabalhador se caracteriza pela expansão da riqueza social, e mesmo nela a elevação dos salários não significa a superação da exploração, mas meramente um mecanismo de intensificação da lógica capitalista. O aumento da remuneração estimula no trabalhador a insaciabilidade pelo dinheiro que é típica do espírito capitalista, no entanto, para isso, o trabalhador precisa submeter-se às jornadas mais extensas e aos desgastes de suas capacidades físicas (Marx, 2004, p.27).

Além disso, o trabalho perante a lógica da acumulação de riqueza possui caráter nocivo para o trabalhador. Marx refere-se à economia política ao dizer que ela apresenta o salário como a parcela originária da produção, em que a renda da terra e o lucro são deduções, no entanto, para o autor de *O Capital*, acontece uma relação inversa a essa apresentada: o trabalhador recebe apenas uma pequena fração do produto que ele próprio cria, e a maior parte é apropriada pelos proprietários da terra e do capital. Dessa forma, o progresso econômico e ampliação de riqueza social intensificam a exploração e o empobrecimento do trabalhador. A riqueza produzida converte-se em uma força estranha e hostil perante o trabalhador, e mesmo no estágio mais desenvolvido da sociedade burguesa, a classe trabalhadora permanece em miséria como forma de sustentação (Marx, 2004, p.30).

É necessário que o trabalhador aliene sua força de trabalho por uma jornada estabelecida e somente após a realização do trabalho vivo correspondente recebe a remuneração acordada. O pagamento é efetuado em intervalos previamente estabelecidos, mas o trabalhador inicialmente possui apenas a promessa do pagamento que acontecerá no futuro, após cumprida sua jornada de trabalho, também estabelecido em comum acordo. Devido a esta relação entre prestação do trabalho e sua remuneração, o valor da força de trabalho assume a forma de salário, ou seja,

preço do trabalho. Assim, o trabalhador não aparece de forma imediata como vendedor da força de trabalho, mas como vendedor do próprio trabalho, em que sua expressão monetária se manifesta sob a forma do salário, como Marx diz:

> Vejamos, em primeiro lugar, como o valor e os preços da força de trabalho se apresentam nessa forma transformada, como salário [...] Compreende-se, assim, a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma-salário ou em valor e preço do trabalho [...] De resto, com a forma de manifestação "valor e preço do trabalho" ou "salário", em contraste com a relação essencial que se manifesta, isto é, com o valor e preço da força de trabalho, ocorre o mesmo com todas as formas de manifestação e seu fundo oculto. (Marx, 2013, p.610-612).

A forma-salário[31] pode ser compreendida como a expressão transformada do valor ou do preço, da mercadoria força de trabalho. A forma característica em que a mercadoria se manifesta no modo de produção capitalista, o valor da força de trabalho apresenta-se como salário, ou seja, preço do trabalho. Dessa maneira, a forma-salário configura uma forma social que é própria do trabalho assalariado, pois transforma o valor da força de trabalho na aparência de preço do trabalho, e é responsável por ocultar a natureza efetiva da relação de exploração, característica fundante da produção capitalista (Marx, 2013, p.660).

No entanto, o salário não é uma simples representação do valor da força do trabalho, mas é responsável por ocultar a real natureza da relação-capital, que lhe é tornado estranho uma vez que é omitido seu rastro especificamente social, sendo o "salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado" (Marx, 2004, p.88). A forma-salário faz com que o trabalhador receba uma quantia em dinheiro acordado referente ao serviço oferecido em determinado prazo estabelecido com o patrão. Assim sendo, o preço do trabalho concerne a totalidade da jornada de trabalho, e não apenas ao período necessário para a reprodução do valor de sua força de trabalho. Devido a isso, a distinção entre tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente deixa de ser perceptível. Desta maneira, o valor da força de trabalho surge como pagamento integral pelo trabalho executado, o que oculta a divisão interna da jornada, e consequentemente, a apropriação do trabalho excedente (Marx, 2013, p. 659).

O salário corresponde ao valor da força de trabalho, em que sua venda se efetiva porque possui, para o detentor do capital, o valor de uso específico de produzir mais-valia. O trabalhador recebe o equivalente necessário apenas para sua reprodução enquanto pertencente a classe trabalhadora, desde que execute uma quantidade de trabalho excedente, que apropriada gratuitamente pelo capitalista. Se a força de trabalho deixar de desempenhar sua função valorizadora de capital, perde sua condição de mercadoria vendível, afetando até mesmo as

[31] "O salário é a forma transformada em que o valor, ou preço, da força de trabalho se manifesta." (Marx, 2013, p. 659).

condições que lhe permitem existir” (Marx, 2013, p.248). Tendo isso em vista, a forma-salário possui uma importante função ideológica ao apresentar a jornada de trabalho como integralmente remunerada, e isso omite que boa parte dela é destinado a produção de mais-valia sem retribuição equivalente (Marx,1994, p.99). Essas condições mascaram o trabalho excedente, criando a ilusão de que seja um trabalho pago, e o salário encobre a divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho, o que inverte a natureza da relação capitalista de produção, ocultando a exploração do trabalho pela falsa sensação de contrato livre entre sujeitos juridicamente iguais. Desta maneira, Marx entende que a forma-salário representa uma expressão mística do valor da força de trabalho, pois transforma a compra da capacidade de trabalhar em uma aparência de pagamento pelo trabalho, obscurecendo os verdadeiros fundamentos da exploração capitalista (Marx, 2013, p.659-660).

5 FORMAS DE ALIENAÇÃO DO TRABALHO

Na obra *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, Marx apresenta o problema da alienação relacionando a partir de um ponto político-econômico e filosófico. Neste ponto, a alienação apresenta-se de 4 formas, a saber: (1) pelo produto de seu trabalho, que se torna um objeto alienado e que tem poder sobre ele; (2) em sua atividade vital, que é o trabalho, que se volta contra ele em uma ação que não o pertence; (3) alienação do ser genérico, a humanidade, onde o humano se torna alienado perante sua própria espécie, pois não se sente pertencente; (4) alienação em relação a outros humanos, em que as relações humanas se padronizam pela relação que se tem como trabalhadores, ou seja, de competitividade (Musto, 2021, p. 52). Alienação é considerada como um processo social que acontece sobre algumas
condições. Ollman define a alienação como:

> A teoria da alienação é a construção mental por meio da qual Marx expõe o efeito devastador da produção capitalista sobre os seres humanos, sobre seus estados físicos e mentais e sobre os processos sociais dos quais fazem parte. Centrada no indivíduo agente, ela é o modo de Marx ver seus contemporâneos e suas condições (um conjunto de formas para compreender sua interação), bem como aquilo que ele vê ali (o conteúdo vertido nessas formas). Reunidos sob a mesma rubrica estão os vínculos entre o homem, sua atividade e seus produtos, seus semelhantes, a natureza inanimada e a espécie (Ollman 1971, 131).

Ollman entende a teoria da alienação como fator determinante em uma sociedade capitalista que subjuga classes para seu funcionamento, possuindo efeitos colaterais nos indivíduos dessas sociedades. Dessa maneira, Ollman enxerga que Marx compreendeu parte fundamental da engrenagem da produção capitalista, e que é mais aprofundado em seus escritos posteriores, como na obra *O Capital*.

5.1 A alienação em relação ao produto do trabalho

Para Marx, a economia política de sua época tomava como determinada as condições que surgem as leis econômicas, e somente a partir delas explicavam as relações perante uma sociedade capitalista, mas não se questionavam sobre a origem das próprias leis, um erro que Marx identifica e passa a examinar a sociedade perante as condições que lhe são dadas, e não recorrendo a uma zona obscura do conhecimento, como se era comum fazer ao recorrer para o chamado “estado de natureza”, que para Marx servia apenas para levar o debate para um campo não confiável. A produção capitalista traz consigo uma contradição para o trabalhador, visto que quanto mais o trabalhador produz mercadoria, ele mesmo se torna uma mercadoria mais barata “com a valorização do mundo das coisas (Saschenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt)” (Marx, 2004, p. 80), como também pode

ser notado quando ele afirma que "'O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral." (Marx, 2004, p. 80).

A produção por si mesma não pode constituir produto alienado, e nem que o produto do trabalho se torna um objeto com existência própria por si não explica a alienação do trabalhador em seu produtor[32]. Dessa maneira, a condição necessária para criar um produto alienado é "a existência fora dele de forma independente, alienado a ele e que se torna uma força que confronta a ele mesmo." (Marx, 2004, p.81). Portanto, a alienação do trabalhador de seu produto se deve ao fato de que a atividade produtiva, sua atividade vital, é, em última instância, uma atividade alienada. Perante o modo de produção capitalista, a atividade produtiva não é considerada como uma ação humana prazerosa que conduz a própria realização, mas uma desagradável e monótona forma de destruição da alma humana, sendo uma forma de produção que visa apenas objetivos dos capitalistas, donos dos meios de produção, que buscam acima de tudo o lucro. O produto alienado então apresenta uma força sob o trabalhador, sendo essa uma relação ativa.

> A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, que se torna uma existência fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (Marx, 2004, p.81).

De acordo com Marx, o trabalho é uma atividade específica humana, que molda o humano e o mundo a sua volta, e é através dele que o ser humano realiza sua natureza. Assim, a humanidade cria um mundo de objetos a partir do trabalho. Este processo de transformação da natureza pelo homem também inclui instituições sociais em que a produção é regulada e controlada. A objetificação, em Marx, é um processo de "duas mãos", em que o indivíduo pelo trabalho forma objetos na imagem de suas necessidades, e ao fazer isso, transforma a si mesmo e o mundo. Através dessa atividade de objetificação o sujeito constitui os objetos como aquilo que eles são; isto é, os objetos não são simplesmente dados ao sujeito ou por ele descobertos, mas tornam-se objetos por meio da atividade do sujeito. Os objetos, portanto, são constituídos ou recebem significado pelos sujeitos (Gould, 1978, p.41).

Nas condições capitalistas de produção, o processo de objetificação das coisas se efetiva como alienação, e o produto do trabalho surge como produto alienado ao trabalhador. Portanto, o mundo das coisas domina o mundo humano, e isso faz com que Marx faça um paralelismo com

[32] "O estranhamento só pode se originar da alienação [...] Contudo, [...] determinadas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos." (Lúkacs, 2013, p. 417-418).

uma situação semelhante que acontece na religião, que o faz dizer que:

> O mesmo ocorre na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, menos retém em si mesmo. O trabalhador põe sua vida no objeto; mas agora sua vida já não lhe pertence, e sim ao objeto. Assim, quanto maior essa atividade, mais o trabalhador se torna desprovido de objetos… A alienação do trabalhador em seu produto significa não apenas que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas que ele existe fora dele, independentemente, como algo estranho a ele, e que se torna um poder autônomo que o confronta. Significa que a vida que ele conferiu ao objeto se lhe apresenta como algo hostil e estranho (Marx, 2004, p.81).

O trabalhador na sociedade moderna, para Marx, é forçado a vender sua força de trabalho, e desse modo o humano criador do mundo dos objetos torna-se um mero servo dos objetos que ele mesmo criou. Consequentemente, o indivíduo perde sua humanidade, tornando-se uma abstração, o que Marx vai chamar de "indivíduo abstrato"[33]. Quando o trabalho humano não faz mais parte daquilo que o torna propriamente humano, ele não pode mais realizar suas necessidades humanas. Para Marx "quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital." (Marx, 2004, p. 81). Logo, a pobreza que Marx faz referencia não é meramente econômica, mas se espalha por toda sua existência, o trabalhador também empobrece mentalmente devido o processo de produção alienado.

5.2 Alienação de sua atividade vital

Para Marx, a atividade vital humana é o trabalho, em que expressa necessariamente a essência humana ao longo da história. Desse modo, o ser humano é auto gerado em si, pois molda a natureza e a si mesmo no processo pelo processo do trabalho, criando a hist ória. "Toda a assim chamada história universal nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano, nada mais é do que o vir-a-ser da natureza para o homem." (Marx, 2004, p. 128). No capitalismo a atividade vital é inevitavelmente alienada, pois se o produto do trabalho é alienado, a única forma possível para isso acontecer é que a própria atividade geradora deste produto seja alienação ativa. Para melhor exemplificar isso, Marx diz que:

> Primeiro, no fato de que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence à sua natureza intrínseca; que, portanto, em seu trabalho ele não se afirma, mas se nega (...). Seu trabalho, por conseguinte, não é voluntário, mas coagido; é trabalho forçado. Não é, portanto, a satisfação de uma necessidade; é apenas um meio para satisfazer necessidades externas a ele. Seu caráter alienado manifesta -se claramente no fato de que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, o trabalho é evitado como a peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se aliena, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação (Marx, 2004, p. 82 -83).

Portanto, o trabalho no sistema capitalista é uma atividade que nega a essência humana,

[33] "Feuerbach [...] é forçado [...] a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – isolado." (Marx, 2007, p. 534).

em que há um estado mental da não realização objetiva de suas necessidades e potencialidades enquanto humanos. Dessa forma, para Marx, a alienação não se baseia no fato das pessoas estarem conscientes de estarem alienadas, mas a alienação reside sobre a existência de potencialidades humanas que no modo de produção capitalista são frustradas. A atividade vital humana na produção capitalista recai apenas sobre o preenchimento de necessidades básicas enquanto animal, mas que não realiza por completo atividades motrizes da noção de humanidade do autor de *Manuscritos econômicos-filosófico.*

O trabalho apresenta um caráter externo ao trabalhador, onde aquilo que ele produziu não é seu, mas de outro. Nesse momento, Marx faz um paralelo com a religião ao dizer que:

> Assim como na religião, a atividade espontânea da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano, opera sobre o indivíduo independentemente dele – isto é, opera como uma atividade alienada, divina ou diabólica– assim também a atividade do trabalhador não é sua atividade espontânea. Ela pertence a outro; é a perda de si mesmo (Marx, 2004, p.81).

Desse modo, Marx estabelece uma analogia estrutural entre a alienação religiosa e a alienação do trabalho, pois tal como a religião é responsável por produzir potências através da atividade espiritual, como por exemplo a imaginação, pensamento e sentimentos, faz com que essas instâncias mentais se tornem autônomas ao ser e se confrontem ao indivíduo como uma força independente, estranha, o mesmo então acontece pelo processo de produção material na atividade do trabalhador, que se exterioriza e torna-se estranho a ele. Pela instância religiosa, o humano espelha suas determinações essenciais a algo além de sua existência, ao transcendente, e ao fazer isso empobrece suas condições enquanto indivíduo. Na alienação do trabalho, o humano transfere suas forças, criatividade e capacidades produtivas para o objeto que produziu e ao processo produtivo, que não pertencem a ele mesmo, mas a outro. Portanto, as características que são expressão da vida humana tornam-se instrumentos de sua subordinação. A atividade vital humana passa a ser um meio de subsistência física, exterior à vontade e à essência humana. O trabalhador só está livre em aspectos animalescos de sua essência, tais quais como beber, comer e se reproduzir, fazendo com que aquilo que havia de humano em si se reduz a um animal: “O animal se torna humano, e o humano se torna animal.” (Marx, 2004, p. 83). A alienação da atividade ativa humana, ou seja, alienação em relação à atividade produtiva no processo do trabalho é descrita por Marx como:

> O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia -se aqui de forma pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se o trabalho não fosse seu próprio, mas de um outro, como se o

> trabalho não pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (Marx 2004, p. 83).

A relação do trabalhador com sua atividade lhe aparece como algo alheio, estranho, que indica uma inversão estrutural naquilo que deveria constituir a afirmação da essência humana, a transformando em sua negação. A atividade vital humana, que para Marx deveria representar a realização das capacidades especificamente humanas, tornam-se fontes de sofrimentos, e a força produtiva manifesta-se como fraqueza. Portanto, a alienação do trabalho não representa somente a perda do produto do trabalho, mas a anulação dos sentidos de uma atividade vital reguladora, frutífera e germinadora da essência humana. O trabalhador então enfraquece suas forças mentais e físicas, sua vida pessoal, e passa a encarar como potência independente e hostil. O trabalho alienado pode ser visto como uma estrutura efetiva na expropriação da vitalidade humana, em que a atividade se torna exterioridade, e essa exteriorização passa a ser uma forma de dominação do indivíduo. A objetivação da vida humana não leva à autorrealização humana dentro dessas configurações de sociedade e trabalho, mas leva à negação daquilo que é essencialmente humano, o trabalho.

5.3 Alienação do ser genérico

A definição de Marx sobre o conceito de humanidade é o "produtor universal"[34], que lhe coloca em uma posição diferente dos outros animais, pois estes produziriam apenas de forma limitada e parcial devido a seus componentes instintivos de suas composições biológicas. Marx atribui duas características fundamentais para a compreensão do que é o ser humano, a consciência própria e a universalidade, que o leva a escrever que:

> O homem é um ser-espécie, não apenas porque na prática e na teoria ele adota a espécie (a sua própria, bem como a de outras coisas) como seu objeto, mas - e esta é apenas outra maneira de expressá-lo - também porque ele se trata como a espécie viva real; porque ele se trata como um ser universal e, portanto, um ser livre' (Marx, 2004, p. 84).

Para Marx, a universalidade do homem se manifesta na capacidade de dominar e interagir com a natureza inorgânica a sua volta, e se diferencia de outros tipos de animais pois sua essência não se reduz a uma adaptação biológica com a natureza, mas sim em uma atividade mediada, consciente e objetivada. O ser humano se distingue dos outros animais pois ele é capaz de fazer sua própria atividade um objeto de sua vontade e consciência, e assim refletir sobre orientar segundo os fins de sua vontade e transformá-la de forma intencional, já outros animais se identificam de forma imediata com sua atividade vital.

Portanto, a atividade vital humana é um fundamento ontológico de sua liberdade e da

[34] "O animal produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou para sua cria; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente." (Marx, 2004, p. 85).

historicidade, pois através dela o humano se relaciona de forma universal com o mundo, transformando a natureza e a si mesmo. O ponto conflitante com a realização da ativid ade vital humana reside sobre o sistema de produção capitalista, onde há uma negação das necessidades que seriam intrinsecamente humanas. O trabalho humano é estranhado, ele perde a relação com sua espécie e sua humanidade. A alienação humana significa que o indivíduo perde a relação com o seu ser, sua atividade vital é estranhada ao ponto que deixa de ser um fim para a suas realizações como humano, e passa a ser um simples meio de subsistência física. A consciência humana em relação a sua espécie é transformada pelo trabalho, em que "o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para existência." (Marx, 2004, p.85). Portanto, para Marx, aquilo que torna alguém membro da espécie humana não é apenas sua existência biológica, mas sim sua capacidade de atividade consciente, criadora e universal, sua capacidade de objetivar-se no mundo de modo livre e intencional, reconhecendo a si mesmo através de sua produção e sua interação de transformação mútua com a natureza inorgânica.

Uma vez que a atividade vital humana se transforma em atividade estranhada, o indivíduo é distanciado dos objetos produzidos, não o pertence aquilo que produziu, fazendo com que ocorra uma separação da própria vida genérica objetivada, em que o produto do trabalho não é mais a realização de sua essência humana, e passa a ser uma potência autônoma que o confronta e o domina. Logo, os indivíduos perdem o controle sobre sua atividade e seus produtos, separando a dimensão objetiva de sua condição enquanto ser genérico. Nesse sentido, a alienação do ser genérico é intrinsecamente vinculada à alienação social, já que o estranhamento da natureza humana necessariamente implica o estranhamento entre os próprios indivíduos. Para Marx, "a atividade produtiva é a vida da espécie" (Marx, 2004, p. 84), que possui um fim em si mesmo, pois por meio do trabalho consciente, o indivíduo objetiva suas capacidades e se reconhece ao passo que transforma o mundo. O estranhamento com sua essência genérica significa a ruptura das relações humanas, em que cada humano se vê separado tanto dos outros quanto daquilo que constitui sua natureza essencial enquanto membro da espécie humana.

5.4 Alienação em relação aos outros humanos

> Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual está para com estes outros homens (Marx, 2004, p. 87).

Essa forma de alienação é considerada para Marx uma consequência das alienações comentadas anteriormente. Dessa forma, o estranhamento não é algo que se circunscreve apenas

à relação do indivíduo consigo, mas se manifesta fundamentalmente no âmbito das relações sociais. Marx entende que o humano reconhece a si mesmo e se realiza enquanto é um ser social, e que se relaciona também com outros indivíduos. Portanto, quando o trabalho, que é essa peça fundante do ser humano, torna-se estranhado, também altera as condições estruturais pelas quais os indivíduos se percebem mutuamente. O estranhamento humano se objetiva nas relações sociais concretas, o que acarreta a percepção que os indivíduos reconheçam os outros apenas a partir da posição que ambos ocupam dentro do processo de produção capitalista[35]. Nesse sentido, à lógica do trabalho alienado passa a ser fonte mediadora das relações humanas, que devido a isso também se tornam estranhadas. Então, o trabalhador não vê no outro um semelhante enquanto espécie humana, não vê um indivíduo dotado de qualidades e necessidades humanas, mas alguém que é determinado pelas mesmas condições de subordinação e dominação, que também é submetido enquanto indivíduo e trabalhador na estrutura produtiva capitalista. A alienação nesse caso não se restringe apenas a separar o trabalhador de sua atividade vital e seu produto, mas também alcança novos patamares ao transformar as relações humanas a partir das determinações do modo de produção.

Marx questiona a quem pertence o produto do trabalho, uma vez que o mesmo não pertence ao trabalhador e se volta contra ele como uma força autônoma alienada, então a quem pertence? Ao que tudo indica, pertence a outro, uma vez que não pode ser dos deuses ou da natureza[36]. Para isso, Marx levanta alguns pontos interessantes e fatos históricos da conceitualização do trabalho ao longo das eras, e afirma que em determinadas partes da história, o trabalho e seu produto eram vistos como algo maior que o ser humano, pertencente a uma força transcendental, aos deuses. Desse modo, Marx escreve que:

> Contudo, os deuses por si só não eram os senhores do trabalho. Nem a natureza. E que contradição seria se, quanto mais o homem subjugasse a natureza pelo seu trabalho, e mais os milagres dos deuses se tornassem supérfluos pelos milagres da indústria, mais o homem renunciasse à alegria da produção e ao prazer do produto para agradar a esses poderes (Marx, 2004, p. 86).

Em vista disso, os “poderes” do trabalho tem seus feitos movidos dos planos transcendentais para o mundo terreno, e que conforme os próprios seres humanos alcançam patamares que eram inimagináveis em tempos anteriores, e que só poderiam ser justificáveis pelas próprias mãos dos deuses, ganham novos paradigmas às suas efetivações ligadas diretamente com o mundo do trabalho humano. A indústria passa então a realizar aquilo que era visto como possível apenas para os deuses, e que seus feitos foram palpavelmente maiores do

[35] “Uma consequência imediata do estranhamento do homem do produto de seu trabalho, de sua atividade vital, de seu ser genérico, é o estranhamento do homem pelo homem.” (Marx, 2004, p. 85).
[36] “Se sua atividade lhe é tormento, então ela deve ser fruição para outro e alegria de viver de outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser esse poder estranho sobre o homem.” (Marx, 2004, p. 86).

que qualquer feito indicado por qualquer divindade, fazendo com que o indivíduo passe a atribuir mais valor ao mundo terreno do que o transcedente.

De acordo com Marx, a alienação é algo inerente nas relações sociais da sociedade capitalista, onde o egoísmo é parte caracterizante e fundamental da sociedade civil[37]. A sociedade capitalista é então uma esfera que concentra ideias egoístas e que o ser humano hoje funda seus valores, o que leva Marx a escrever que "uma sociedade civil na qual cada indivíduo é uma totalidade de necessidades e só existe para a outra pessoa, assim como a outra existe para ele, ao passo que cada um se torna um meio para o outro" (Marx; Engels, 2011, p. 150). A principal preocupação que concerne as consequências de uma sociedade capitalista egoísta está na ideia de interesse próprio, que faz com que "cada homem veja nos outros homens não a realização de sua própria liberdade, mas a barreira para ela" (Marx, 2010, p. 49). O capitalismo seria então responsável por nutrir e reforçar ideias egoístas e de rivalidade dos humanos perante eles mesmos. A alienação em relação aos outros humanos para Marx pode ser entendida como:

> Envolve uma completa ausência de sentimentos de empatia, uma avaliação dos outros como não tendo mais importância positiva do que a de meios para fins pessoais, e um antagonismo baseado em um sentimento de rivalidade e na antecipação de tentativas de contra exploração. Está fundamentado em um egocentrismo que se preocupa apenas com a vantagem privada e em uma autopercepção que exclui qualquer ideia de sociabilidade (Schacht, 1971 p. 104).

Em um estado de trabalho alienado, onde o ser humano se encontra separado de sua atividade vital como força de realização de suas necessidades enquanto ser, as consequências dessa separação reverberam em diversas esferas, sendo a social uma delas. A relação do indivíduo com outros humanos passa então a ser mediada de acordo com as leis do trabalho alienado do qual ele faz parte, através do processo de produção capitalista. Os indivíduos passam a se perceber segundo interesses contrapostos que são marcados pelas características de produção capitalista, como a concorrência, instrumentalização e antagonismo social. Portanto, através do trabalho alienado o humano não cria estranhamento somente em relação aos produtos ou em relação a sua atividade produtiva, mas:

> Ele também cria a relação na qual outros homens se posicionam em relação à sua produção e ao seu produto, e a relação na qual ele se posiciona em relação a esses outros homens. Assim como ele cria sua própria produção como a perda de sua realidade, como sua punição; seu próprio produto como uma perda, como um produto que não lhe pertence; assim também ele cria a dominação da pessoa que não produz sobre a produção e sobre o produto (Marx, 2004, p.87).

Em condições alienadas, o trabalhador cria uma realidade em que sua atividade lhe aparece como perda de sua efetividade e de sua vida objetiva, e o produto do seu trabalho como

[37] "Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o homem egoísta, o homem separado do homem e da comunidade." (Marx, 2010, p. 49).

estranho. Este processo faz com que se origine uma relação em que a produção do trabalhador exista como propriedade de outro indivíduo, que não participa de forma direta do processo produtivo, constituindo uma relação de dominação e subordinação. Essa relação perpassa as condições de trabalhador e empregador, pois este processo passa a constituir não mais somente os aspectos de produção, mas toda a realidade estrutural do indivíduo, que agora está alienado de seu produto, de sua atividade vital e de seu ser genérico, espelhando as relações alienadas agora também nas relações sociais que possui com outros seres humanos.

6 CONCLUSÃO

O trajeto desenvolvido ao longo desta pesquisa permitiu demonstrar que o conceito de alienação no jovem Marx não se restringe a apenas uma categoria econômica, nem se originou de forma isolada. A constituição da alienação passa por um longo processo de elaboração teórica que perpassa as mais diferentes dimensões humanas, desde a tradição religiosa, a filosofia clássica alemã e a crítica da economia política. Dessa maneira, evidenciou-se que a compreensão marxiana da alienação só pode ser alcançada ao se levar em consideração o movimento histórico que conduz a alienação religiosa à alienação social, e que como um fio condutor culmina na forma específica assumida pelo trabalho na sociedade capitalista, ou seja, a alienação do trabalho.

As formas religiosas de alienação expressam a exteriorização da essência humana em uma potência que é transcendente, e apesar de essas formas serem manifestações espirituais, nelas podemos encontrar um fundamento social determinado. Dessa forma, a crítica da religião não constitui um fim em si mesma, mas na realidade representa o ponto de partida para a compreensão de como as relações humanas produzem poderes estranhos que dominam os indivíduos.

A partir da filosofia hegeliana, que aqui foi mediada através da interpretação de Lukács, a noção de alienação ganha uma dimensão propriamente filosófica ao ser relacionada ao processo de objetivação do espírito. Portanto, esta compreensão recai sobre a genialidade de Hegel ao constatar que o trabalho e a atividade humana possuem caráter constitutivo da história. A contribuição de Marx não se limita apenas à uma preservação do núcleo da dialética hegeliana, mas pode ser evidenciada através de sua capacidade em realizar uma inversão materialista ao colocar o problema da alienação perante as condições concretas da vida social. Na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos,* a alienação se torna a expressão das relações materiais de produção, e não mais somente um problema da consciência e da religião. A atividade vital humana, que é trabalho, no capitalismo perde suas características enquanto dimensão constitutiva da espécie humana, e ganha novos contornos em sua forma, e agora passa a expressar as necessidades do próprio capital.

O problema da alienação perpassa as diferentes instâncias da vida humana, mas que no capitalismo encontra o seu ápice, pois nele podemos evidenciar seu caráter descaracterizante daquilo que torna os indivíduos em humanidade, massacra sua identidade e o iguala a outras formas de vida no que diz respeito à sua naturalidade, pois aqui o ser humano só se realiza em suas funções vitais. Por consequência, o ser humano perde o contato com aquilo que seria

responsável por efetivar aquilo que vai além de seus instintos naturais, não aqui na tentativa de diminuí-los, mas demonstrando que em Marx, o ser humano vai além dessas categorias, que também são necessárias para sua realização completa, pois a humanidade é constituída de paixão. As nobres atividades necessárias para a sustentação da vida, como medicina, direito, negócios, engenharia e outras quando alienadas no capitalismo fazem com que a poesia, a filosofia, a beleza, o romance e o amor sejam deixadas de lado pelo anseio da produção e do mecanismo constitutivo da sociedade capitalista.

A presente pesquisa permite concluir que, para o jovem Marx, a alienação decorre das relações sociais historicamente determinadas que estruturam a sociedade capitalista. O estranhamento é produzido pela organização material do trabalho e reproduzido de forma contínua pelas formas econômicas e políticas. Devido a isso, a superação da alienação não pode ocorrer por transformações religiosas, morais ou filosóficas, mas necessita da transformação das condições materiais que produzem a alienação

Vale salientar que esta pesquisa não se propôs a investigar o desenvolvimento do conceito de alienação nas obras de maturidade de Marx para além do que se faz necessário à compreensão da problemática realizada nos *Manucristos Econômico-Filosóficos*, tampouco tentou discutir sua recepção posterior pela tradição marxista contemporânea, mas que entende que estas são dimensões importantes de pesquisa para futuras abordagens.

Conclui-se, portanto, que o conceito de alienação no jovem Marx é uma categoria teórico fundamental para a compreensão das contradições da sociedade capitalista moderna, na medida em que se articula na mesma instância crítica, a gênese filosófico-religiosa do estranhamento, a inversão materialista da dialética hegeliana e os fundamentos da crítica da economia política que sustentam a exploração do trabalho. Ao demonstrar que o fundamento constitutivo do homem enquanto ser genérico é reduzido sob o modo de produção capitalista, a apenas um meio de subsitência física, e convertida em mercadoria estranha, Marx evidencia que a emancipação humana exige a superação das relações materiais de produção que reproduzem historicamente, a alienaçãon do trabalho. A crítica realizada por Marx do conceito de alienação não se limita aos seus aspectos econômicos, mas apresenta um projeto de emancipação humana, que permanece como intrumento teórico importante para pensar as contradições da sociedade atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Paulo Henrique Furtado de**. Trabalho, objetivação e alienação na *Ontologia do ser social* de Lukács: notas introdutórias**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 14, n. 3, p. 439-461, 2022.

ARISTÓTELES. **Metafísica**: Livros I, II e III. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008**.**

BÍBLIA. ***Bíblia Sagrada***. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Efésios 2:12–13.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. **Natureza e liberdade em Feuerbach e Marx**. São Paulo: Editora Phi, 2016.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FEUERBACH, Ludwig. **Preleções sobre a essência da religião**. Campinas, SP: Papirus, 1989,

GOULD, Carol. **Marx 's Social Ontology**, Massachusetts & London: The MIT Press, 1978.
HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lições sobre a filosofia da história**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: v. I: a ciência da lógica**. São Paulo: Loyola, 1995.

LUKÁCS, György. **O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, György**. História e consciência de classe*:*** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KHAN, Nasir. **Development of the concept and theory of alienation in Marx's writings**, March 1843 to August 1844. Portland, OR: Distributed in U.S. by International Specialized Book Service, 1995.

MARX, Karl **O capital:** crítica à economia política. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1985a. Livro III, O processo global da produção capitalista. (tomo 2), v.5.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, [1861-1863] 1980b, v.2.

MARX, Karl. **O capital:** crítica à economia política: São Paulo: Boitempo, [1867] 2013. Livro I,

O processo de produção do capital.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl Chapter Six**. Results of the Direct Production Process in MARX, Karl and ENGELS**, Frederick Collected Works, New York: International Publishers, [1863-1864]1994a, v. 34.

MARX, K., **O Capital**: crítica à economia política. Livro I, Vol. 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich**. A sagrada família, ou crítica da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, István**. A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Meneses, Paulo. (). ENTFREMDUNG E ENTAUSSERUNG. **Síntese: Revista De Filosofia**, 27(89), 307–319. 2001.

MUSTO, Marcello (org.). **Karl Marx's writings on alienation**. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2021.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx.

Kínesis, Marília, v. II, n. 03, p. 72-88, abr. 2010

OLLMAN, Bertell. **Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. ***Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens***. Brasília/São Paulo, UnB/Ática, 1989.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
SCHACHT, Richard. **Alienation**. Garden City, New York: Anchor Books, 1971.

SOUSA, José Tadeu Batista de; SILVA, Edson Pereira da. A superação da alienação em Karl Marx. **Revista Ágora Filosófica**, Recife, PE, Brasil, v. 22, n. 3, p. 98–117, 2022.

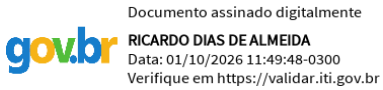
SMITH, Adam**. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ANEXO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia/Tese/Dissertação), escrito sob minha orientação, está em versão final, de acordo com as solicitações realizadas pela banca examinadora.

Informo também que procedi à revisão final do texto, constatando que atende às especificações das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos da UFCA, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação.



Data e local da assinatura eletrônica